

## Aprovação da MP do Bem depende de acordo político

Faltando poucos dias para o término de sua vigência, a chamada MP do Bem exige um acordo político rápido para que os benefícios

fiscais introduzidos por ela não desapareçam depois de 13 de outubro. O relator José Sarney (foto) terá que resolver várias pendências.

PÁGINA 13



CÉLIO AZEVEDO

Congresso precisa aprovar mudanças nas regras eleitorais até sexta-feira para que possam valer nas eleições de 2006. Líderes partidários reúnem-se com Renan Calheiros e Thomaz Nonô em busca de entendimento

# Corrida contra o tempo para votar reforma eleitoral

CPIs ouvem **Maurício Marinho**, banqueiros e ex-assessor de Palocci

Câmara dos Deputados elege nesta quarta o seu **novo presidente**

Pesquisadora dos EUA discute remédios contra a **corrupção**

PÁGINAS 3 A 11

## Começa campanha para o referendo sobre armas

Têm início neste 1º de outubro e prosseguem até o dia 20 as propagandas gratuitas no rádio e na TV das frentes parlamentares a favor e contra a venda de armas. O referendo ocorrerá no próximo dia 23.

PÁGINA 12

## cidadania

### Trânsito mata 34 mil brasileiros a cada ano

Os números são sinistros: o uso de álcool e drogas, o desrespeito e a imprudência geram 1,5 milhão de acidentes por ano no Brasil. Matam 34 mil pessoas e ferem outras 400 mil – mais de 80 mortos e mil feridos todo dia.

PÁGINA 24

## FILA DO INSS



GUSTAVO ROTH / FOLHA IMAGEM

Segurados enfrentam longas filas nas agências do INSS depois da greve que durou 76 dias

## Senadores cobram eficiência e modernização do sistema

PÁGINA 12

## Prefeitos se mobilizam por mais recursos

Eles vão se reunir nesta terça e quarta-feira no Auditório Petrônio Portella, do Senado, com o objetivo de pressionar por mais recursos para os municípios. Mais de mil prefeitos são esperados na mobilização, que foi apoiada em discursos no Plenário por diversos senadores.

PÁGINA 17

## e mais...

AGENDA	Página 2
PERGUNTE AO SENADOR	Página 21
FRASES	Página 21
VOZ DO LEITOR	Página 21
CONHEÇA O SENADO	Página 23



CRISE POLÍTICA CPIs aprofundam investigações; parlamentares reagem a vetos na LDO; Senado vota MP do Bem

# Semana decisiva para a lei eleitoral

O Congresso segue pautado pela crise. Na quarta-feira, a CPI dos Correios ouviu novamente Maurício Marinho, estopim do escândalo, que apontou irregularidades agora confirmadas pelas investigações (veja na pág. 6). Depois de ouvir Daniel Dantas, dono do Banco Opportunity, a CPI do Mensalão debruça-se um pouco mais sobre a disputa pela Brasil Telecom. Deporão Gustavo Marin, presidente do Citibank no Brasil, e Sérgio Spinelli Silva Júnior,

procurador legal do Citigroup (também na pág. 6).

A CPI dos Bingos, após colher depoimento de Toninho da Barcelona, volta a ouvir um assessor do ministro Antonio Palloci. É Donizete de Carvalho Rosa, ex-secretário da prefeitura de Ribeirão Preto (págs. 4 e 5).

A Câmara elege nesta quarta seu novo presidente, após a renúncia de Severino Cavalcanti (pág. 10).

E, às vésperas do encerramento do prazo – 30 de setembro – para mudanças nas regras elei-

torais, os líderes se reúnem nesta terça-feira para discutir os pontos consensuais (veja abaixo).

O **Jornal do Senado** publica entrevista exclusiva com a especialista norte-americana Susan Rose-Ackerman, da Universidade de Yale (EUA), que analisa a relação entre corrupção e sistemas políticos (págs. 8 e 9).

Também estão na pauta da semana os vetos do presidente Lula a vários pontos da Lei de Diretrizes Orçamentárias e a MP do Bem (págs. 13, 17 e 19).



GERALDO MAGELA

Renan Calheiros quer buscar consenso para que Congresso possa consolidar e votar uma só proposta com novas regras

## Reforma política pode ganhar urgência

Reunião dos líderes partidários convocada para esta terça-feira pelo presidente do Congresso, Renan Calheiros, discutirá a possibilidade de adoção do regime de urgência para as propostas de reforma política que tramitam na Câmara e no Senado. A reunião deve contar com a participação do presidente em exercício da Câmara, José Thomaz Nonô, e dos presidentes das comissões de Constituição e Justiça das duas Casas. Conforme exigência de dispositivo constitucional, eventuais mudanças nas regras só serão válidas para o pleito de outubro de 2006 caso sejam aprovadas até o fim de setembro.

Três projetos sobre o assunto tramitam na Câmara. Uma das proposições, já aprovada no Senado, reduz drasticamente os custos de campanha. Outra põe fim à verticalização, que impede os partidos de realizarem coligações diferenciadas em níveis nacional e estaduais. A terceira

reduz os índices da cláusula de barreira (de 5% para 2% do total do eleitorado nacional), adota listas fechadas e permite federações partidárias. A ideia de Renan é buscar consenso em torno da matéria para que o Congresso possa, em tempo hábil, consolidar e votar uma só proposta de reforma política.

– Virou-se a página [referência à renúncia do deputado Severino Cavalcanti], mas a crise não se esgota com a última punição, com a última cassação, com a última renúncia. Nós precisamos aprimorar a ética, a transparência, fazer a reforma política. O Brasil está cobrando muito para que isso aconteça – afirmou.

Com o objetivo de solucionar o impasse, duas outras iniciativas propõem a dilatação do prazo para que as reformas possam ser votadas e entrem em vigor a partir das próximas eleições. A CCJ do Senado recebeu, na quarta-feira, proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) que retira da vedação prevista no artigo 16 da Constituição as leis que alterem o processo eleitoral ou tratem de inelegibilidade, se aprovadas até o término da sessão legislativa de 2005 ou até 30 de janeiro de 2006, em caso de convocação do Congresso.

Há dez dias, a CCJ

da Câmara aprovou a admissibilidade de PEC do deputado Ney Lopes (PFL-RN) que prorroga até 31 de dezembro o prazo para a aprovação de mudanças nas regras das eleições do próximo ano. O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), apoiou, em discurso, a PEC de autoria de Jereissati.

### CCJ examina redução de custos de campanha

Nesta terça-feira, a Comissão de Justiça da Câmara poderá votar o projeto de lei do Senado (PLS 5.855/05) que reduz os custos de campanhas e coíbe o uso de caixa dois por candidatos e partidos. O colegiado também deverá decidir sobre consulta da Mesa diretora quanto à possibilidade de a proposição tramitar pelo rito de competência conclusiva das comissões. Entre as medidas da proposta, oriunda de projeto do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), está a obrigatoriedade de divulgação na Internet de relatório diário de gastos e doações nas campanhas e a proibição de showmícios e distribuição de camisetas, bonés e outros brindes. Além disso, os programas no horário eleitoral gratuito serão gravados apenas em estúdio e só poderão contar com a participação dos candidatos e de filiados ao partido. A matéria é umas das quatro em tramitação que precisam ser aprovadas até o dia 30 deste mês para ser aplicadas já nas eleições do próximo ano.

## Propostas complementares

**A reforma política emergencial aprovada pelo Senado em agosto traz medidas que reduzem drasticamente a duração e os custos das campanhas eleitorais. Já as propostas que tramitavam anteriormente na Câmara são complementares e tratam do funcionamento dos partidos e da atuação dos parlamentares. Veja abaixo.**

### LISTAS FECHADAS

Os eleitores não mais elegem individualmente seus candidatos a vereador, deputado estadual e federal, mas votam em listas previamente ordenadas pelos partidos. A distribuição de cadeiras seria semelhante à que se processa hoje. Assim, se um partido tiver direito a oito cadeiras, entrarão os oito primeiros colocados da lista.

### FINANCIAMENTO PÚBLICO

Campanhas serão financiadas exclusivamente com dinheiro público. Doações de pessoas físicas e empresas são proibidas e sujeitas a punição. Em ano eleitoral serão incluídos créditos adicionais no Orçamento para financiar campanhas, com valores equivalentes ao número de eleitores do país.

### CLÁUSULA DE BARREIRA

Só teria direito a funcionamento parlamentar (liderança e participação nas comissões) nas Casas do Legislativo o partido que, na eleição para a Câmara dos Deputados,

obtivesse no mínimo 2% dos votos apurados nacionalmente, não computados os brancos e nulos, distribuídos em pelo menos nove estados. O partido também precisaria eleger, no mínimo, um representante em cinco estados.

### FEDERAÇÃO PARTIDÁRIA

Sistema proposto para substituir as coligações nas eleições proporcionais (para vereador, deputado estadual e deputado federal).

### FILIAÇÃO PARTIDÁRIA

Os prazos para a filiação passam a ser de um ano antes da realização do pleito, ou dois anos, caso o candidato já tenha sido filiado a outro partido.

### FIDELIDADE PARTIDÁRIA

As trocas de partido que acontecerem depois da diplomação pela Justiça Eleitoral não contarão mais na hora de dividir as vagas da Mesa e das comissões. Como é um projeto de resolução, a mudança só atinge os deputados federais.



Projeto elaborado por Jorge Bornhausen reúne as mudanças emergenciais

## Parlamentares defendem vigência de novas regras já nas eleições de 2006

Senadores e deputados têm enfatizado, nos debates em Plenário e nas comissões, a necessidade urgente de aprovação de novas regras políticas e eleitorais, para vigorar já no pleito do ano que vem.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, em recente solenidade, também chamou a atenção para a necessidade urgente de se modificar a atual legislação eleitoral. "Não dá para repetir uma eleição com a velha lei, pois isso repetirá os velhos crimes", disse o senador, acrescentando que somente com a mudança da legislação e com a punição exemplar dos culpados será possível reaver o respeito e a credibilidade da população.

Na opinião do senador Marco

Maciel (PFL-PE), após as investigações e a punição dos culpados pela prática de corrupção, será necessário elaborar uma legislação que evite a repetição das irregularidades identificadas. A seu ver, "as reformas política e eleitoral são condições fundamentais para melhorar a governabilidade do país".

Maciel saudou a iniciativa do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Carlos Velloso, de criar um grupo formado por juristas, cientistas políticos, membros da Justiça Eleitoral e do Tribunal de Contas da União (TCU) para estudar e propor mudanças na legislação política e eleitoral. A expectativa é que algumas das propostas sugeridas possam ser implemen-

tadas já em 2006.

O senador Sibá Machado (PT-AC) sugeriu que se agilize apenas a votação dos pontos em que há consenso entre os partidos. "Concordo que não se deva votar com rapidez pontos como o financiamento público de campanha e a votação em listas. São assuntos complexos e ainda há muitas perguntas sem resposta", ponderou.

Por sua vez, o senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou que o Congresso deve deliberar sobre as reformas o quanto antes, para que as mudanças possam valer já no próximo ano. Para o senador Mão Santa (PMDB-PI),

o povo precisa escolher melhores representantes políticos.

Diante do que chamou de "absoluta ausência de vontade política para promover as reformas política e eleitoral demonstrada pelo Congresso",

**Reformas são condições essenciais para governabilidade, afirma Maciel**

o senador Amir Lando (PMDB-RO) propôs, na segunda-feira, que os deputados e senadores façam uma vigília cívica, a partir desta semana, nos plenários das duas Casas. "Proponho que o Congresso se mantenha em sessão permanente, inclusive aos sábados e domingos, até a aprovação da reforma política ou, pelo menos, daqueles pontos sobre os quais o

Senado já se manifestou."

Relator na Comissão de Constituição e Justiça da PEC que pretende prorrogar até o dia 31 de dezembro deste ano o prazo para que mudanças eleitorais possam valer para o pleito de 2006, o deputado Darci Coelho (PP-TO) é a favor das alterações imediatas.

– A crise é o que justifica. Temos que votar, para amenizar a crise. As grandes mudanças na história do mundo, na história das civilizações, nas histórias dos países, são feitas em momentos de crise – avaliou o deputado, para quem as duas mudanças mais necessárias seriam nas regras da fidelidade partidária e a adoção do financiamento público de campanhas eleitorais.

**CRISE POLÍTICA** Irregularidades em Ribeirão Preto e em Santo André e contrato entre Caixa e Gtech dominam a CPI

# CPI ouve mais um assessor de Palocci



Pela segunda vez no mês, a CPI dos Bingos ouve um personagem ligado ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Nesta terça-feira, os senadores questionam Donizete de Carvalho Rosa, atual diretor-presidente do Serpro, que foi secretário de governo em Ribeirão Preto, na gestão de Palocci, em substituição a Rogério Buratti.

Donizete foi citado por Luciano Maglia, ex-gerente da Vilimpres, como um dos comandantes do esquema de caixa dois na prefeitura de Ribeirão Preto, ao lado de Juscelino Dourado. Ex-chefe de gabinete do ministro, Juscelino depôs à CPI no início do mês, em seguida pediu demissão.

Na terça, Maglia também será ouvido. À Polícia Federal, Vilibaldo Faustino Júnior, sócio da Vilimpres Indústria e Comércio Gráfico Ltda., desmentiu Maglia, alegando que ele foi demitido por desfalcar as empresas do grupo.

Citado no depoimento de João Francisco Daniel – irmão do ex-prefeito de Santo André Celso Daniel –, o deputado federal Luiz Eduardo Greenhalg (PT-SP) pediu para ser ouvido pela CPI. Ele falará na quarta-feira.

Ainda na quarta-feira os senadores ouvem Wladimir Poletto, que foi identificado nas escutas telefônicas com Rogério Buratti. Os dois são apontados como promotores de tráfico de influência para beneficiar empresas, inclu-

sive com a realização de festas em Brasília com autoridades.

Na quinta, é a vez do procurador da República junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), Lucas Furtado. Auditorias feitas pelo órgão mostraram irregularidades nos contratos realizados entre e Caixa Econômica Federal e a Gtech.

Também depõe Hécio Cambraia Júnior. Recursos lhe eram repassados da MM Consultoria sempre que a empresa recebia da Gtech. Esta, por sua vez, pagava à MM pelos serviços de advocacia de Walter Santos Neto, que atuou em favor da multinacional na briga com a Caixa. Por apenas uma medida cautelar junto ao STJ, a MM recebeu R\$ 5,08 milhões.

**Procurador junto ao TCU falará sobre irregularidades nos contratos**



GERALDO MAGELA

Carlos Rodrigues foi acusado de receber "mensalinho" dos deputados estaduais membros da Igreja Universal

## Carlos Rodrigues nega participação em assassinato

O ex-deputado federal Carlos Rodrigues – que renunciou ao mandato no último dia 12 de setembro – negou aos integrantes da CPI dos Bingos as acusações da deputada estadual Cidinha Campos (PDT-RJ) e do assessor parlamentar Jorge Luiz Dias de que cobrava “mensalinho inverso” dos deputados da bancada da Igreja Universal do Reino de Deus ou de que estaria envolvido na morte do deputado estadual Valdeci de Paiva.

Ele foi ouvido na última quarta-feira pela CPI, logo após o depoimento de Jorge Luiz Dias, funcionário da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), que disse ter indícios do envolvimento de Rodrigues na morte de Valdeci.

Logo após o crime, Rodrigues procurou a mim, a minha esposa e a assessora Francisca Adriana para que acusássemos o suplente Marcos Abrahão da morte. E mandou fazer busca e apreensão no apartamento da vítima sem autorização legal, de onde levaram uma caixa com fitas cassete, dólares e reais – afirmou Dias.

Ainda segundo Jorge Luiz Dias – atualmente chefe de gabinete de Abrahão, que foi indiciado pela morte do deputado Valdeci –, o ex-bispo da Igreja Universal Carlos Rodrigues só entregou o material à Polícia 20 a 30

outros objetos que não estavam lá anteriormente. “Se Rodrigues não for o mandante é algo parecido”, completou.

Também o acusou de cobrar “mensalinho” dos deputados estaduais e federais da Igreja Universal, que teriam de recolher de R\$ 10 mil a R\$ 15 mil mensais para Rodrigues. “Eu mesmo recebia R\$ 4,5 mil, mas devolvia R\$ 3 mil”, disse.

Dias assinalou que Rodrigues nomeou Waldomiro Diniz para a presidência e José Carlos Simoni para a diretoria de operações

Loteria do Estado do Rio de Janeiro (Loterj), a quem acusou de dificultar ações de fiscalização nas casas de bingos. Disse ainda que o ex-deputado teria recebido R\$ 200 mil da empresa JOB, durante quatro meses em 2002. A propina se referia a contrato de *outdoors* feito com a Loterj. “Na verdade, quase nada do trabalho era executado, mas era pago”, declarou. Ele apresentou cópia dos cheques que eram divididos em nomes de “laranjas”.

Em maio de 2002, Dias teria estado com o pastor João Domingos, quando este recebeu de um “bingueiro” uma mala, supostamente com dinheiro.

### Negativa e choro momentâneo

Olhando a maior parte do tempo para baixo, Rodrigues negou todas as afirmações de Dias, entre elas a de que teria indicado Waldomiro Diniz.

Mas, após o escândalo da cobrança de propina de Waldomiro ao empresário de jogos Carlos Cachoeira, Rodrigues perdeu o cargo de bispo na Igreja Universal.

– Eu não iria matar meu irmão Valdeci, uma pessoa que sempre amei – fri-sou chorando. “Já processei Dias, e ele foi condenado por calúnia e difamação”, completou o ex-deputado. Ele destacou ainda que a deputada Ci-

dinha tem mais de 50 processos “por falar insanidades”.

Contou que no dia da morte foi orientado a pegar uma caixa que Valdeci deixara para ele, com US\$ 80 mil, R\$ 55 mil e uma carta em que pedia para comprar apartamento para seus filhos, caso algo acontecesse.

– Se eu tivesse brigado com Valdeci, ele teria deixado dinheiro para eu comprar apartamento para seus filhos? – questionou.

E confirmou que recebeu R\$ 250 mil das contas de Marcos Valério para pagar gastos da campanha do presidente Lula.



Efraim Morais (sentado), presidente da CPI dos Bingos, avisa que manterá a independência

## Ameaça de investigação não assusta Efraim

O presidente da CPI dos Bingos, Efraim Morais (PFL-PB), disse que vai continuar com a mesma independência na condução da comissão. Ele respondeu à reportagem do jornal *Correio Braziliense*, com o título “Mais fogo contra Lula”, segundo a qual os governistas pretendem investigar a atuação de Efraim na primeira-secretaria na Câmara dos Deputados. O motivo, conforme a reportagem, seria a dureza contra o governo empreendida por Efraim na CPI dos Bingos.

O parlamentar, 1º secretário do Senado, informou que nunca foi 1º secretário da Câmara, mas sim 4º secretário (por duas vezes), 1º vice-presidente e depois presidente da Câmara. Efraim declarou que não aceitará intimidação. E assinalou que não tem interesse em atingir o governo, apenas desvendar a verdade como deseja a sociedade.

Pedro Simon (PMDB-RS), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), que é relator da comissão,

apoiaram Efraim.

Em nome dos presidentes das CPIs em funcionamento no Congresso, Efraim ainda protestou contra as declarações do presidente do PT, Tarso Genro. De acordo com o jornal, Genro afirmou que as CPIs perderam o foco e passaram apenas a atacar o PT e o governo, acusando as comissões de “covardia”.

– Covarde não são as CPIs. Faltou coragem a Tarso, que não expulsou Delúbio Soares do PT – afirmou Efraim.

## Polícia Federal ouve depoentes em BH

As explicações nada convincentes da movimentação financeira da MM Consultoria, especialmente do pagamento a várias pessoas logo após os repasses feitos pela multinacional Gtech, que contratou serviços advocatícios da empresa, levou a CPI dos Bingos a quebrar os sigilos bancário, fiscal e telefônico do advogado Walter Santos Neto e de pessoas ligadas a ele.

Na última semana, a Polícia Federal ouviu em Belo Horizonte (MG) oito pessoas que constam da lista de repasses de Neto. Em

depoimento na CPI, ele não soube explicar a destinação de cerca de R\$ 13,5 milhões, recebidos pela MM em causas nos últimos dois anos. Da Gtech, a empresa teria recebido R\$ 5,08 milhões.

A ex-esposa de Neto, Sâmia Amin Santos, confirmou que, enquanto casados, seu ex-marido nunca comprou imóvel em seu nome e afirmou que ele não é um bom administrador financeiro. O mesmo foi dito por Neto, quando, na CPI dos Bingos, assegurou gastar seu dinheiro com vinhos caros e viagens. E confirmou que

sua empresa prestou serviços à Gtech em 2003.

Também depuseram os advogados Fernando Luiz de Lima, Marcelo M. Araújo, Evaldo Fontes Júnior e Rodrigo C. de Lima que receberam grandes transferências de dinheiro da Walter Santos Neto, supostamente sem terem prestado serviços que justifiquem os pagamentos. Ainda falaram José Carlos da Silva, motorista de Neto; Dario Coelho Dutra, *office-boy* da MM, e Alvalina Fontoura, ex-secretária da MM.



J. FREITAS

Jorge Luiz Dias acusa Carlos Rodrigues de cobrar entre R\$ 10 mil e R\$ 15 mil de assessores, deputados federais e estaduais

**CRISE POLÍTICA** Depoimento de Toninho da Barcelona detalha operações realizadas nas eleições de 2002

# Doleiro expõe lavagem de dinheiro pelo PT



Em seis horas de reunião aberta e quase três de oitiva reservada, o doleiro Antônio Oliveira Claramunt, o Toninho da Barcelona, entregou e detalhou, diante de membros da CPI dos Bingos e de convidados das CPIs dos Correios e da Compra de Votos, o que seria o esquema de financiamento irregular do PT, com lavagem de dinheiro por meio da troca de dólares por reais.

O doleiro já havia prestado depoimento a membros da CPI dos Correios em São Paulo e tinha prometido entregar mais detalhes do que contou em "momento oportuno". Segundo ele, no período eleitoral de 3 de setembro a 9 de outubro de 2002 sua empresa Barcelona teria trocado US\$ 2,05 milhões por cerca de R\$ 7 milhões. O pedido teria partido de Delúbio Soares para Marcos Valério, acusado de ser o administrador do "propinoduto" que repassava dinheiro para petistas e aliados.

– No período eleitoral havia grande procura por reais em espécie, mas havia excesso de dólares e escassez de reais no mercado



Toninho da Barcelona afirmou que dinheiro passava pelas Ilhas Cayman antes de voltar ao Brasil

– afirmou o doleiro, que está preso e cumpre pena de 25 anos por lavagem de dinheiro, sonegação fiscal e evasão de divisas.

Segundo ele, o esquema começava no Trade Link Bank, um dos braços do Banco Rural no exterior. O banco recebia o dinheiro nas Ilhas Cayman, por meio de uma ordem de Valério, e transferia dó-

lares para o doleiro Dario Messer, em conta no Panamá. Depois o montante era creditado na conta da Barcelona, que fazia o repasse em reais para a corretora Bônus Banval.

– O Dario me pediu para levar esse dinheiro para a Bônus, mas não aceitei fazer o transporte, assumido então por seus funcio-

nários – detalhou o depoente.

Da Bônus Banval, o dinheiro era distribuído por pessoas indicadas por Valério, por meio de transferências no Banco Rural. Todo o esquema, segundo o doleiro, é comum quando se quer "esquentar" dinheiro ilícito.

Barcelona enfatizou que Messer seria o principal doleiro do PT.

"Afirmo que Messer é o doleiro do PT, posso até pegar mais dez anos de cadeia, mas reafirmo", expôs. "Eu nunca prestei serviços diretamente para o PT ou qualquer outro partido", completou. Messer já teve requerimento de convocação aprovado na CPI dos Correios.

Ele afirmou ainda que o doleiro Alberto Youssef teria apresentado o deputado José Janene (PP-PR) à Bônus. Janene teria então apresentado Valério à corretora e por último todo o esquema teria sido apresentado a Delúbio Soares.

Afirmou que o deputado José Dirceu (PT-SP) teria relações próximas com a Bônus Banval, especialmente com Enivaldo Quadrado, um dos donos da corretora. A informação foi negada pelo parlamentar.

Ele também se referiu ao esquema de corrupção em Santo André (SP), dizendo que dois doleiros do município faziam operações em dinheiro, provavelmente proveniente de empresas de ônibus, por tratar-se de notas miúdas, típicas das manuseadas nesse ramo.

Dos 64 presos durante a Operação Farol da Colina realizada pela Polícia Federal, somente Toninho da Barcelona e Eduardo Chaves permanecem presos.

## Para Barcelona, investigações foram sustadas

Sem titubear, o doleiro Toninho da Barcelona acusou o deputado federal José Mentor (PT-SP) de ter dificultado a sua oitiva pela CPI do Banestado, encerrada no ano passado. Ele também afirmou que o parlamentar teria evitado a realização do depoimento do ex-prefeito da capital paulista Paulo Maluf.

Para Toninho da Barcelona, se a CPI tivesse prosseguido seu trabalho, chegaria a nomes mais importantes no envolvimento da evasão de dívidas do Brasil, especialmente para os paraísos fiscais, objetivo principal da comissão.

Somente entre 1996 e 2002, de acordo com levantamento da Polícia Federal, houve evasão de US\$ 30 bilhões, por meio das contas chamadas CC5.

– Com a relação à CPI do Banestado, faltou abrir as contas do MTB, do Delta Bank e do Banco Rural. No caso do MTB, quando começaram a vazar nomes, houve uma blindagem – apontou.

O depoente afirmou que Maluf acabou sendo liberado do depoimento por ter apoiado Marta Suplicy no segundo turno das

eleições em São Paulo. Lembrou que foi procurado por advogados de Mentor na cadeia, mas não confirmou informações de que o deputado teria operado contas do PT no exterior.

Mentor disse que mandou cópia dos documentos da CPI para Curitiba, onde o doleiro também foi condenado, por pedido do Judiciário. Quanto à sua convocação para falar na CPI, declarou que foi prorrogada por pedido da Polícia Federal, que investigava e buscava prender os doleiros.

– Chegamos a marcar por várias vezes sua oitiva, mas da última vez seu advogado disse que não poderia comparecer, por não estar bem – explicou Mentor, que negou o envio de seus advogados ao local de prisão de Barcelona.

Com relação a Paulo Maluf, lembrou que discutiram por quatro vezes sua convocação, que não teria acontecido por não disporem dos documentos das contas na Suíça.

### Depoente livra ministro da Justiça e Meirelles

O doleiro voltou atrás com relação às afirmações feitas anteriormente sobre envio de dólares ao exterior pelo ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.

– Jamais fiz qualquer emissão de dólares ao exterior para o senhor Márcio Thomaz Bastos ou

ao escritório dele. Também não acredito que Meirelles tenha mandado US\$ 50 mil para o exterior com um cambista, não faz sentido diante de um homem que já foi dirigente de uma das principais instituições financeiras do mundo – expôs.

Durante o depoimento aberto, Barcelona também constrangeu o deputado Devanir Ribeiro (PT-SP), ao confirmar que seu filho Marcos teria recebido cerca de US\$ 100 mil, em diversos pagamentos, em seu gabinete na Câmara de São Paulo.

### Para doleiro, CPI do Banestado deveria ter investigado o Banco Rural

.....



Devanir Ribeiro: constrangimento com afirmação de Barcelona sobre filho do deputado



José Mentor negou ter enviado advogados para conversar com o doleiro na prisão

## Outro doleiro pode ter participado do "mensalão"

Ao final da parte reservada do depoimento de Toninho da Barcelona, deputados e senadores deram algumas informações desconstruídas sobre as declarações do doleiro. Mas a conclusão era de que Toninho da Barcelona teria ouvido do doleiro Najun Turner – com quem já dividiu cela – que o governo havia pago R\$ 8 milhões ao ex-presidente da Câmara dos Deputados Severino Cavalcanti e a seu partido, o PP, para garantir apoio aos projetos governistas.

De acordo com o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), o depoente teria dito que, por intermédio do publicitário Marcos Valério e da empresa Bônus Banval, "os partidos da base governista tiveram um aumento

de seu capital para operar o 'mensalão'". O acordo teria sido firmado entre os meses de abril e maio deste ano. Desse total, disse, R\$ 5 milhões saíram da corretora Bônus Banval e os outros R\$ 3 milhões foram liberados pelo doleiro Dario Messer.

– O pagamento teria ocorrido logo após a vitória de Severino para presidente da Câmara. O que faz sentido, porque todos estavam em polvorosa com sua eleição e logo depois tudo se acalmou – disse o deputado.

Segundo Faria de Sá, Barcelona teria apontado o deputado José Janene como o intermediador do dinheiro, que havia entregue uma parte a Severino e outra distribuída pelos membros do partido.

## O caminho dos dólares

Segundo Toninho da Barcelona, o esquema começava no Trade Link Bank (TLB), um braço do Banco Rural no exterior. O banco recebia o dinheiro nas Ilhas Cayman, sob as ordens de Marcos Valério.

O TLB transferia os dólares para o doleiro Dario Messer, em conta no Panamá.

Depois o montante era creditado na conta da Barcelona Tour, que fazia o repasse em reais para a corretora Bônus Banval. O dinheiro era entregue por funcionários de Messer.

Da Bônus Banval o dinheiro era distribuído a pessoas indicadas por Valério, por meio de transferências no Banco Rural. O esquema seria comum quando se quer "esquentar" dinheiro.

Os recursos eram divididos entre o PT e o PP e então usado em campanhas políticas.



**CRISE POLÍTICA** Comissão quer informações sobre nomes citados pelo ex-chefe em depoimento ao Ministério Público

# Estopim da crise, Marinho volta a depor



Protagonista da gravação em que recebe R\$ 3 mil, o ex-chefe do Departamento de Compras e Administração dos Correios, Maurício Marinho, volta à CPI dos Correios nesta quarta-feira, três meses depois do seu primeiro depoimento.

Ele foi reconvocato para comentar as denúncias que fez nas cerca de dez vezes em que esteve no Ministério Público, em busca de garantir o benefício da delação premiada. Parlamentares que tiveram acesso às informações garantem se tratar de informações que envolveriam nomes ainda não citados no escândalo.

As sub-relatorias da CPI dos Correios reúnem-se nesta terça-feira. A comissão que analisa a movimentação financeira vai ouvir o sócio de Marcos Valério, Rogério Tolentino, cuja empresa



**Maurício Marinho volta à CPI dos Correios nesta quarta, após três meses**

também tomou empréstimos em nome do PT, e o procurador da Fazenda Glênio Guedes, beneficiário do "valerioduto" e suspeito de ter intercedido em favor do Banco Rural. A Sub-Relatoria de Contratos, por sua vez, continua a discutir as irregularidades na rede postal noturna dos Correios, com a participação dos represen-

tantes da companhia aérea Beta.

## Presidente do Citibank na terça

A disputa acionária pelo controle da Brasil Telecom continua na pauta da CPI do Mensalão. Depois dos presidentes dos fundos de pensão e do banqueiro Daniel Dantas, do Opportunity, os parlamentares ouvem, nesta terça-feira, o presidente do Citibank no Brasil e o procurador legal do Citigroup.

Inicialmente a favor da gestão de Dantas no consórcio, o Citibank destituiu o banqueiro do controle da sua parte e se aliou aos fundos para tirar o Opportunity do comando da Brasil Telecom, sob o argumento de que Daniel Dantas estaria trabalhando em benefício próprio.

## Para sub-relator, tese dos empréstimos já caiu

O BMG e o Banco Rural são as instituições financeiras que, segundo Marcos Valério, emprestaram os R\$ 55 milhões repassados para políticos a pedido do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares. Em seus depoimentos, os presidentes dos dois bancos confirmaram os empréstimos, mas a análise das contas do empresário, de acordo com o deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR), não comprova que essa seja a origem dos recursos do chamado

"valerioduto".

O deputado explica que os saques da principal conta do esquema começaram meses antes do primeiro empréstimo tomado por Valério, período em que saíram cerca de R\$ 1,7 milhão dessa conta. Fruet ainda chama atenção para a movimentação intensa entre as 75 contas ligadas a Valério e para o fato de terem circulado mais de R\$ 200 milhões pela conta da agência SMP&B identificada com a principal ali-

mentadora do "valerioduto".

– O dinheiro dos empréstimos era pulverizado, passeava por várias contas. Isso é típico de lavagem de dinheiro – opinou.

Para justificar a real origem do "valerioduto", o deputado levanta duas hipóteses: pela primeira, os empréstimos "impagáveis" representariam o pagamento por tráfico de influência; e pela segunda, os repasses seriam compensados por recursos movimentados no exterior pelo PT.

## Investigação confirmou irregularidades citadas por Marinho

*Maurício Marinho apontou possíveis irregularidades em uma série de contratos no primeiro depoimento à CPI dos Correios. Três meses depois, os órgãos fiscalizadores - Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria Geral da União (CGU) - já confirmaram as suspeitas de Marinho.*

• **Seguros** - O TCU constatou que a licitação da Solução Integrada de Automação do Seguro Postal (Siasp), no valor de R\$ 6,7 milhões, foi conduzida em favor da e-Commerce Consultoria e Informática S/A.

• **Recursos de patrocínio** - A agência SMP&B, de Marcos Valério, recebeu R\$ 61.251,99 por serviços irregulares ou que não foram prestados durante patrocínios concedidos pelos Correios a três eventos, apurou o TCU.

• **Caixetas** - Na compra de lacres para caixetas, a CGU apurou diminuição injustificada da garantia de um ano para um mês e demora na aplicação de multa por atraso da empresa vencedora do contrato.

• **Impressoras HHP** - Estava prevista licitação de R\$ 21 milhões para compra de 4.000 impressoras portáteis, que foi revogada, abrindo caminho para a compra emergencial de 500 impressoras da HHP pelo valor total de R\$ 2,5 milhões. A CGU questiona a compra dos equipamentos sem licitação por um valor unitário superior ao da licitação.

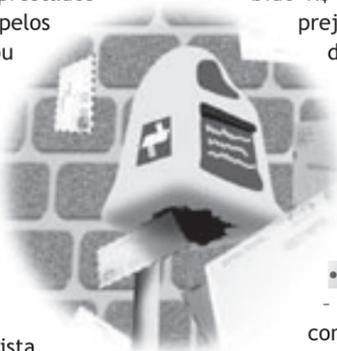
• **Cofres** - Os cofres adquiridos da Coman em 2002, de acordo com o TCU, não atendiam às especificações técnicas do edital, e causaram prejuízo de R\$ 4,5 milhões aos Correios.

• **Correio Híbrido Postal** - A CGU identificou superfaturamento de 400,77%. O consórcio BR Postal foi contratado por R\$ 4,3 bilhões, mas a CGU apurou que o serviço custaria inicialmente R\$ 861,8 milhões.

• **Rede postal noturna** - A empresa aérea Skymaster, de acordo com a CGU, teria recebido R\$ 7 milhões indevidos e causado prejuízo de R\$ 37 milhões por conta de variações injustificadas dos preços cobrados por quilograma transportado. A CGU apurou ainda irregularidades de R\$ 10 milhões em reequilíbrios de preços concedidos à Transporte Aéreo Fortaleza.

• **Banco Postal e o Projeto Sara** - contratação emergencial do consórcio Alpha (Novadata e Positivo) para a manutenção de equipamentos de informática nos dois projetos custou R\$ 408.348,06 a mais aos cofres públicos, de acordo com a CGU, que ainda considerou injustificada a escolha da empresa.

• **Contratos de obra de engenharia** - TCU encontrou irregularidades no contrato da Construtora Espaço Aberto Ltda. para a construção do Centro Operacional e Administrativo de Florianópolis. Os auditores apuraram, até o momento, que a empresa recebeu R\$ 4.626.692,70 a mais.



## Contradições no depoimento de Genu

O ex-assessor da liderança do PP João Cláudio Genu confirmou na terça-feira, em depoimento à CPI do Mensalão, ter recebido dinheiro das contas da agência SMP&B, do empresário Marcos Valério, apontado como operador do suposto esquema do "mensalão". Ele disse ter obtido R\$ 700 mil com a diretora financeira da agência, Simone Vasconcelos, entre setembro de 2003 e janeiro de 2004. O dinheiro seria entregue ao PP a pedido do PT.

No entanto, segundo o senador José Jorge (PFL-PE), a quebra de sigilo das empresas de Valério revelou que, além desses R\$ 700 mil, Genu teria recebido R\$ 200 mil em 13 de janeiro de 2004 e mais R\$ 200 mil no dia 20 do mesmo mês.

Apesar de a versão de Genu coincidir com explicação dada na semana passada à CPI pelo presidente do PP, deputado



**Versão de João Cláudio Genu será confrontada com dados enviados pelos bancos**

Pedro Corrêa (PE), os integrantes da comissão de inquérito apontaram contradições no depoimento. O relator, deputado Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG), disse que será necessário confrontar a versão de Genu com as informações colhidas dos

## "Preços muito altos" na rede postal noturna

O ex-diretor de Operações dos Correios, Maurício Madureira, admitiu que havia "índícios" de que os preços cobrados pelas empresas responsáveis pela rede postal noturna eram "muito altos", durante seu depoimento à Sub-Relatoria de Contratos da CPI dos Correios, na última quinta-feira.

Questionado sobre os critérios para o aumento dos preços dos contratos e para a concessão de aditivos, Madureira limitou-se a dizer que não conhecia práticas ilícitas na estatal, e tampouco ingerência de políticos. A rede postal noturna faz parte dos contratos que, até o momento, concentram o maior número

de irregularidades: são superfaturamentos, reequilíbrios de preços indevidos, editais viciados e até mesmo a contratação irregular de um consultor para reavaliar rotas e preços.

– As únicas explicações para essas situações seriam a fraude e o dolo. Um sistema de captação de recursos para campanhas eleitorais ou para proveito pessoal – opinou o sub-relator de Contratos, deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP).

Cardozo comentou que não ficou convencido pelas explicações do ex-diretor e anunciou que vai pedir a quebra dos sigilos de toda a ex-diretoria dos Correios.

## Presidente do BMG diz que PT tinha "aval moral"

Apesar de negar que tivesse negociado com o governo os empréstimos para as empresas de Marcos Valério e para o PT, o presidente do BMG, Ricardo Guimarães, confirmou à Sub-Relatoria de Fontes Financeiras da CPI dos Correios que se encontrou com o ex-ministro José Dirceu em período que coincide com a liberação do dinheiro: três dias depois da concessão de R\$ 2,4 milhões ao PT e cinco dias antes de serem liberados R\$ 12 milhões para Valério.

Guimarães alegou que o encontro tinha o objetivo de convidar Dirceu para a inauguração de uma fábrica da família do presidente do BMG.

Ele ainda teve de explicar como a instituição emprestou R\$ 2,4 milhões para o PT com base apenas na assinatura do ex-tesoureiro Delúbio Soares, do ex-presidente José Genoíno e de Marcos Valério, condições



**Ricardo Guimarães disse ter convidado Dirceu para inauguração de fábrica**

consideradas "insuficientes" pela maioria dos parlamentares. O crédito, segundo Guimarães, foi baseado no "aval moral".

– Pelas nossas análises, o PT tinha e tem condições de pagar. O PT tinha o Fundo Partidário, mensalidade de militantes, o aval de um empresário rico e o aval moral dos seus dirigentes – justificou.

**CRISE POLÍTICA** Banqueiro diz que telefônicas controladas por ele apenas pagaram por serviços de publicidade

# Daniel Dantas nega repasses a Valério



O banqueiro Daniel Dantas, presidente do grupo Opportunity, argumentou na última quarta-feira, em depoimento às CPIs dos Correios e do Mensalão, que não fazem sentido as acusações de que suas empresas teriam abastecido de dinheiro o esquema de repasses a políticos operado por Marcos Valério a mando do PT, o "valerioduto". Segundo a lógica de Dantas, se ele tivesse dado dinheiro ao PT, não teria sido preterido pelo governo na disputa com fundos de pensão de estatais pelo controle acionário de operadoras de telefonia como Brasil Telecom e Telemig.

Dantas disse que o dinheiro repassado pelas operadoras Telemig e Amazônia Celular (controladas pelo Opportunity) às contas de Valério foi gasto em publicidade. Um dos objetivos das CPIs era sa-

ber a respeito de R\$ 145 milhões em repasses feitos por empresas controladas por Dantas para as agências SMP&B e DNA, de Marcos Valério.

– Fui informado de que não tem um centavo que não tenha sido gasto em publicidade – disse Dantas, referindo-se à Telemig.

Ele lembrou que Valério foi recomendado por executivos da Telemig por causa dos serviços prestados pela SMP&B e que as operadoras foram as responsáveis pela escolha das agências.

Dantas também justificou o volume de repasses feito pela Telemig ao lembrar que a agência somente fica com 10% do volume total que recebe – o restante é usado para pagar espaço publicitário em jornais e televisão.

Declarou ainda que o ritmo de repasses foi regular, e somente aumentou em 2004 devido à chamada "migração tecnológica". Na época, a Telemig começou a vender aparelhos de telefonia celular



Dantas, em depoimento às CPIs dos Correios e do Mensalão, quando acusou interferência política nos fundos de pensão

de uma geração mais avançada. Dantas afirmou que essa migração poderia gerar perda de clientela, o que justificava o aumento dos gastos com publicidade.

O banqueiro também deu explicações sobre o episódio em que Valério e o tesoureiro informal do PTB, Edson Palmieri, viajaram

a Portugal para, na versão do empresário mineiro, negociar a venda da Telemig, controlada pelo Opportunity, à Portugal Telecom, que no Brasil detém a operadora Vivo. À época, o Opportunity não confirmou a versão de Valério, o que Dantas repetiu em seu depoimento às CPIs.

Dantas aproveitou o depoimento para criticar supostas interferências políticas no investimento de recursos dos fundos de pensão de estatais dos quais é sócio nas operadoras de telefonia.

– É uma constante a interferência política nessas estruturas com o objetivo diferente do objetivo de gerar o máximo possível de rendimento para esses fundos. No meu entendimento, de uma forma ou de outra, o Citi passou a fazer parte dessa situação – afirmou Dantas, que é acusado pelo Citigroup, banco norte-americano ao qual também se associou, de gerir os fundos conforme seus interesses pessoais.

O banqueiro citou como exemplo um episódio do início do governo Luiz Inácio Lula da Silva. Ele teria sido procurado pelo então presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb, que o pressionou para abrir mão dos direitos do grupo na disputa com os fundos de pensão.

## No meio da reunião, tumulto entre tucanos e petistas

O depoimento de Daniel Dantas deu lugar ao embate entre PSDB, PT e respectivos aliados. Petistas citaram a atuação do banqueiro na telefonia e lançaram suspeitas sobre o processo de privatização da Telebrás, enquanto tucanos falavam do "valerioduto" e do "mensalão".

Motivados pela disputa política, deputados trocaram ofensas e acusações até partirem para a agressão física. A confusão envolveu os deputados Eduardo Valverde (PT-RO) e João Fontes (PDT-SE). Valverde defendia o PT quando Fontes interferiu.

– Cala a boca! Ladrão! Partido de corruptos! – gritou Fontes, com o dedo em riste. Os dois se agrediram. A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) tentou defender Fontes. Em resposta, Valverde afirmou que ela e Fontes mereceram a expulsão do PT. Foi

necessária a intervenção de seguranças e outros parlamentares para arrefecer os humores.

A briga começou quando a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) disse que os negócios de Dantas tinham "relações com o tucanato" e citou uma suposta sociedade entre pessoas ligadas ao banqueiro e a filha do prefeito de São Paulo, José Serra (PSDB).

O deputado Eduardo Paes (PSDB-RJ) disse que o PT teve tempo para sugerir uma investigação sobre o processo de privatização das teles, do qual Dantas participou, mas não o fez.



Ideli afirmou que os negócios de Dantas tinham "relações com o tucanato"

## De engenheiro baiano a banqueiro carioca

O engenheiro e economista baiano Daniel Dantas, 50 anos, dono do Banco Opportunity, está entre os homens mais ricos do Brasil. O que não se sabe é o tamanho de sua fortuna. Discreto na vida pessoal, não costuma dar entrevistas. Não ostenta riqueza e pouco sai de seu apartamento no Rio de Janeiro.

Dizem que Dantas trabalha das 7h da manhã às 11h da noite. Ele já foi dono de fábrica de sacolas, teve posto de gasolina, trabalhou na indústria têxtil e numa empre-

sa de turismo. Como engenheiro, empregou-se na empreiteira Odebrecht.

Conheceu e se aproximou do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e do PFL por indicação do economista Mário Henrique Simonsen. Foi conselheiro do partido e do governo federal nas gestões para tentar salvar o finado Banco Econômico. Durante dez anos, Dantas foi sócio do também baiano Nizan Guanaes na agência DM9.

Fez doutorado no Massachusets

Institute of Technology (MIT), nos Estados Unidos. De volta ao Brasil, empregou-se no Bradesco. Conheceu Antônio Carlos de Almeida Braga, ex-presidente do banco. Braga o convidou para trabalhar no Banco Icatu, do qual acabou se tornando presidente. Em 1996, montou o Opportunity.

Dantas briga há anos com o ex-sócio Luis Roberto Demarco, que pediu na Justiça a dissolução do CVC/Caiman, fundo que o banqueiro administrava no Caribe com recursos do Citibank.

## Gushiken, Pizzolato e Sérgio Rosa já falaram às CPIs

A briga entre o Opportunity, fundos de pensão, Telecom Itália e Citigroup pelo controle da operadora Brasil Telecom (BrT) está na pauta das CPIs há algum tempo. Apesar de conter aspectos que extrapolam a competência das investigações parlamentares, as comissões buscam descobrir se houve tráfico de influência pelos envolvidos no conflito.

Em seu depoimento à CPI, Henrique Pizzolato, ex-conselheiro da Previ, fundo de pensão do

Banco do Brasil, afirmou que o ex-ministro Luiz Gushiken exercia influência sobre o presidente do fundo, Sérgio Rosa. Pizzolato lembrou ainda que foi afastado do conselho da Previ por iniciativa de Dantas, já que, segundo ele, em 2000 teria votado contra os interesses do Opportunity.

Gushiken, por sua vez, confirmou à CPI os contatos com representantes dos fundos de pensão. Disse considerar normal estar atento ao caso da BrT, o "maior

conflito societário do século". Mas negou que tivesse defendido uma das partes perante o governo, referindo-se às notícias de que a disputa seria motivo de desentendimento entre ele e o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu.

Já os fundos de pensão tiveram de explicar o acordo em que se comprometem a comprar a participação do Citigroup na BrT por mais de R\$ 1 bilhão a partir de 2007, caso ele não encontre uma proposta de maior valor.

## Briga de gigantes

O controle da Brasil Telecom (BrT), terceira maior telefônica do país, é disputado por quatro grupos: o Opportunity, de Daniel Dantas; a Telecom Itália; o Citibank; e os fundos de pensão, liderados pela Previ, do Banco do Brasil.

### 1997

Dantas cria dois fundos para participar das privatizações do sistema Telebrás: o CVC Opportunity Estrangeiro, com dinheiro do Citibank, e o CVC Opportunity Nacional, com recursos dos fundos de pensão, liderados pela Previ

### 1998

Associa-se à Telecom Itália e compra o controle da BrT. No leilão dos celulares, o Opportunity se une aos canadenses da TIW e ganha a Telemig. Os fundos de pensão acompanham Dantas nos dois negócios

### 2001

A Telefônica põe à venda a operadora gaúcha CRT. O conselho gestor da BrT decide pagar até US\$ 730 milhões. Mas a Telecom Itália oferece US\$ 850 milhões, o que gera desconforto entre ela e o sócio Opportunity. A BrT acaba comprando a CRT por US\$ 800 milhões. Italianos e a Previ se unem contra Dantas

### 2002

A Telecom Itália transfere para o Opportunity sua participação no controle da BrT. Trata-se de uma exigência legal para que os italianos possam lançar a operadora de telefonia celular TIM

### 2003

Dantas compra a parte dos canadenses na Telemig e isola os fundos. O governo Lula dá sinais ao Citibank de sua posição anti-Opportunity. Os fundos de pensão destituem Dantas da gestão de seus recursos

### 2004

Dantas tenta vender a Telemig para a Portugal Telecom, mas os fundos bloqueiam o negócio. A pedido do Opportunity e do Citibank, a empresa Kroll investiga negócios e executivos da Telecom Itália. Entre os monitorados estão o ex-ministro Luiz Gushiken e o ex-presidente do Banco do Brasil Cássio Casseb

### 2005

A Polícia Federal indíca Dantas por causa do episódio Kroll. O Citibank rompe com o banqueiro e fecha com a Previ. A Telecom Itália faz as pazes com o Opportunity para tentar voltar ao comando da BrT. Citi e Previ tomam o controle da operadora.

**CRISE POLÍTICA** Professora americana discute as alternativas democráticas para combater a corrupção política

# Não basta punir, é preciso reformar

Depois de escândalos de corrupção, reformas institucionais são urgentes. Essa é a opinião da professora Susan Rose-Ackerman, da Universidade de Yale, nos Estados Unidos, que na década de 90 levou a discussão dos impactos econômicos da corrupção para dentro do Banco Mundial. Em 1998, a professora, PhD em economia por Yale, estudou como a Operação Mãos Limpas, feita na Itália anos antes, poderia servir de lição para as democracias latino-americanas, tendo em vista, principalmente, o caráter paternalista dessas sociedades. De acordo

com a pesquisadora, que concedeu a entrevista ao **Jornal do Senado** de seu escritório em New Haven, no estado de Connecticut (EUA), a Itália teve uma grande oportunidade na investigação da corrupção, mas os legisladores não tomaram o passo seguinte na reforma das instituições para limitar a corrupção. Um dos livros de Rose-Ackerman, *Corruption and government*:



*causes, consequences, and reform* (Corrupção e governo: causas, conseqüências e reforma), foi traduzido para 13 línguas, inclusive o português (Editora Prefácio, de Portugal). Atualmente, ela está editando um manual sobre economia e corrupção (*Handbook of economic corruption*) e pesquisando o impacto de investimento estrangeiro em reformas políticas e econômicas.

Em estudo publicado este mês, Rose-Ackerman conclui que o sistema de lista aberta em eleições proporcionais, aliado ao

presidencialismo - ou seja, o modelo político-eleitoral brasileiro - pode fazer com que vantagens financeiras substituam com facilidade a lealdade programática de um político ao partido.

A morosidade do Judiciário, a atuação da imprensa e as conseqüências das profundas desigualdades socioeconômicas no Brasil foram abordadas na conversa com a professora, que você acompanha na íntegra a seguir:



Susan Rose-Ackerman, pesquisadora americana sobre corrupção: modelo brasileiro está errado

**Jornal do Senado:** Em um de seus trabalhos, de 1998, você vê semelhanças entre as condições para a corrupção na Itália e aquelas presentes em países da América Latina, indicando que “um número de lições podem ser sugeridas aos legisladores latino-americanos”. Naquela época, você afirmou que havia dúvidas quanto à possibilidade de as investigações da Operação Mãos Limpas levar em às reformas fundamentais na administração pública. Ao analisar o cenário atual da Itália, em que o primeiro-ministro Sílvio Berlusconi enfrenta um grande número de acusações, você considera que a Itália hoje goza dos benefícios proporcionados pela Operação Mãos Limpas? A falta de reformas pode afetar os ganhos identificados pela população no contexto político?

SUSAN ROSE-ACKERMAN: Infelizmente, não parece que a sociedade italiana tenha se beneficiado muito na seqüência da Operação Mãos Limpas. Os promotores italianos são independentes do Executivo e são uma parte do Judiciário. Isso deu a eles o nível de independência necessário para seguir adiante com as investigações e levar os casos de corrupção à Justiça. No entanto, o passo seguinte seria o Legislativo levar a cabo novas leis para limitar a corrupção no futuro. Alguns reformadores e acadêmicos (como Alberto Vannucci da Universidade de

Lucca) recomendaram que o foco das reformas deveria passar por mudanças na estrutura básica de regulação do Estado italiano, para simplificar regras, limitar a burocracia e a discricionariedade de autoridades. Essas reformas não foram introduzidas, então os mesmos incentivos velados para a corrupção continuam existindo. A lição da Itália é que uma aplicação vigorosa da legislação criminal não é suficiente. As

## As reformas precisam atacar os incentivos velados à corrupção

reformas precisam atacar, em lei, os incentivos velados para a apropriação indébita.

As contribuições de campanha são um segundo ponto, tendo em vista que algumas negociatas envolvem contribuições secretas para campanhas, com dinheiro

lavado por meio de *offshores*, que aparentemente foram feitas como retribuição de benefícios obtidos pelas empresas em contratos públicos ou privatização ou reestatização de empresas estatais. A Itália permite contribuições legais de corporações desde que elas sejam abertas, presumindo que as empresas só farão doações em segredo se tiverem algo a esconder. Esse caso sugere que regular as contribuições legais não é suficiente. De um lado, partidos e candidatos têm que abrir as fontes de fundos e, se fundos públicos são oferecidos, eles devem ser suficientes para suportar a tentação de receber doações “por debaixo da mesa”.

**JS:** Existe um modelo de financiamento de campanhas eleitorais viável, ao mesmo tempo nem demasiado restri-

tivo nem desprovido de controles? Que regras eleitorais podem ajudar a reduzir o nível de corrupção na política?

ROSE-ACKERMAN: Eu discuto esse assunto em um trabalho mais recente, a ser publicado em outubro de 2005. No caso de financiamento de campanhas, o problema fundamental é que os mais ricos querem influir nas escolhas políticas e as doações de campanhas são uma das maneiras de fazê-lo. Tornar essas doações ilegais não costuma funcionar, uma vez que elas vão ocorrer de manei-

ra secreta ou então vão tomar outras formas. Financiamento público é uma das respostas, desde que seja suficientemente generoso e que uma comissão eleitoral independente possa monitorar os gastos e fiscalizar as doações ilegais (o México é um bom exemplo a ser considerado). Meu marido, Bruce Ackerman, tem um trabalho interessante sobre como combinar financiamento público com as escolhas do eleitor (Ackerman e Ian Ayres, *Voting with dollars*). O Estado daria a cada eleitor um *voucher* em dinheiro que pode ser doado aos candidatos que ele deseja.

**JS:** Em seu trabalho você lista uma série de condições para que as reformas necessárias para minar a corrupção em países latino-americanos sejam realizadas, com um Poder Legislativo independente e com uma oposição ativa. No Brasil, o Executivo legisla por meio de medidas provisórias e muitas vezes o Legislativo é acusado de apenas chancelar as

decisões presidenciais. As CPIs, que ganharam popularidade nos casos do impeachment do ex-presidente Fernando Collor e dos “Anões do Orçamento”, perderam um pouco

## O México é um bom exemplo de financiamento público a ser considerado

de sua força, especialmente depois do impasse da CPI do Banestado. Partidos como PFL e PSDB, que já estiveram no governo, hoje são a principal força de oposição. Esse seria um cenário, como o identificado em seu estudo, em que, “num sistema com corrupção disseminada, soluções políticas não são suficientes”?

ROSE-ACKERMAN: Uma fraqueza peculiar do sistema brasileiro é o uso de representação parlamentar por meio de eleições proporcionais com lista aberta. Isso significa que os líderes partidários são relativamente fracos, tendo em vista que os candidatos competem uns contra os outros pelos votos em vez de tentarem impulsionar os interesses partidários. De um lado, isso pode ter um resultado positivo, ao dar aos legisladores a possibilidade



A miséria no Brasil: paisões que combinam presidencialismo com representação proporcional tendem a ser mais corruptos, diz estudo

## CRISE POLÍTICA Justiça tem papel crucial no combate à corrupção, atuando com maior velocidade nos casos de fraudes



Distúrbios populares em Buenos Aires, Argentina, em março de 2001: para a pesquisadora norte-americana, nenhuma democracia funciona se as pessoas não estão informadas sobre as fraudes

de acusarem líderes partidários corruptos. De outro lado, porém, esse sistema significa que os legisladores dificilmente terão fidelidade ao partido e, dessa maneira, ficam vulneráveis à compra por governistas – ou outros grupos políticos – na tentativa de criar uma coalizão capaz de aprovar leis. Atrativos financeiros podem servir como substitutos da fidelidade partidária. Eu acabo de escrever um artigo com Jana Kunicová, professora do Instituto de Tecnologia da Califórnia, que demonstra que países que combinam presidencialismo com representação proporcional tendem a ser mais corruptos que sistemas puramente parlamentaristas ou presidencialismos como nos Estados Unidos, onde os representantes são eleitos em distritos. Então, existem características estruturais da Constituição brasileira que criam incentivos para corromper a prática legislativa.

**JS: A estrutura do Ministério Público brasileiro é tida como uma das maiores conquistas da Constituição de 1988. Porém, o**

**Judiciário, que foi alvo de uma recente CPI, assumidamente tem procedimentos arcaicos, o que faz com que decisões levem anos para serem tomadas. Como isso interfere no combate à corrupção?**

ROSE-ACKERMAN: Minha impressão é que os procuradores brasileiros são uma instituição forte e que representam um avanço real. Porém, existe a preocupação que, uma vez feitos os indiciamentos, o Judiciário, especialmente em alguns estados, possa minar o seu trabalho. Os processos de seleção de juízes devem ser feitos baseados no mérito, e os salários e condições de trabalho têm que atrair jovens advogados, de alta qualidade, para a carreira no Judiciário. A Geórgia (país do Leste Europeu, que fazia parte da antiga União Soviética) tentou algo draconiano: aplicou uma prova aos juízes e somente contratou de volta aqueles que tivessem uma boa pontuação, o que abriu vagas para contratar novos juízes.

**JS: Desde a redemocratização,**

**foi observado grande progresso na imprensa brasileira, apesar de acusações de que os grupos que controlam a mídia têm conexões com o mundo político e econômico, o qual eles não teriam interesse de mudar.**

ROSE-ACKERMAN: Uma imprensa livre é, obviamente, uma condição para o controle da corrupção e a criação de um governo auditável. No caso peruano, [o assessor do então presidente Alberto Fujimori, Vladimiro] Montesinos foi filmado pagando propina para diversos atores, inclusive para a mídia. Um artigo de John McMillan e P. Zoido, de 2004, infere que o controle da mídia era importante para Montesinos. De fato, a corrupção somente foi revelada pelo único canal de TV a cabo que não havia sido comprado. Eu concordo, porém, que há um sério problema de autocensura nos meios de comunicação que são parte de grandes grupos econômicos. Ironicamente, uma resposta para esse problema seria a existência de emissoras financiadas com recursos públicos, em que o governo esteja afastado do controle diário por meio da criação de conselhos independentes para administrar as emissoras.

Outra rota complementar é fazer com que organizações sem fins lucrativos, isentas de impostos, operem companhias de mídia. Porém, esse é um assunto difícil sobre o qual batalhamos aqui nos Estados Unidos. Pelo menos, o Brasil e os Estados Unidos são grandes mercados de mídia, então deve haver espaço para vozes independentes não vinculadas a qualquer partido político.

**JS: De acordo com muitos autores, o processo de democratização, somado a reformas econômicas liberais em países da América Latina, impôs altos custos sociais e, ao mesmo tempo, criou possibilidades para ganhos privados, como pode ser observado em processos de privatização, como na Argentina. Os autores Montinola e Jackman, por exemplo, identificaram que a “corrupção é tipicamente menor em ditaduras que em países que se democratizaram parcialmente. Mas, uma vez ultrapassado certo ponto, práticas democráticas inibem a corrupção”.**

**Países emergentes no atual cenário de globalização terão uma chance de aprofundar suas experiências democráticas antes de gerar insatisfação com a realidade econômica?**

**Quais as condições para chegar a esse ponto?**

ROSE-ACKERMAN: Essas são grandes perguntas sem uma resposta empírica clara. Minha única sugestão é alertar países como o Brasil a ponderar acerca de maiores implicações dos negócios que levaram à privatização em vez de usar a privatização somente para enxugar as contas do setor público. O risco que esses países enfrentam é que, se houver erros, os custos serão repassados para os consumidores e trabalhadores enquanto que os investidores estrangeiros e o governo poderão evitar os riscos.

**JS: Um trabalho da ex-diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI) Anne Krueger, publicado em 1974, aponta que, se o siste-**

**ma é considerado suspeito pela população, um círculo vicioso na vida política pode se desenvolver. Isso explicaria o ceticismo no mercado observado com frequência em países em desenvolvimento. Da mesma maneira, Adam Smith considera a corrupção uma perversão do sistema que o livre mercado não pode admitir. Para isso, Smith acreditava que as pessoas podem operar de maneira legal e honesta de forma que o sistema pode distribuir riquezas para todos. Por essa perspectiva moral, a crença ou a fé no mercado seria uma condição para o bom funcionamento do sistema? Como uma sociedade periférica pode compartilhar dessa fé quando tantas denúncias de corrupção, inclusive nos países desenvolvidos e nas Nações Unidas, aparecem diariamente?**

ROSE-ACKERMAN: Essa é a questão da *self-fulfilling prophesy* (profecia auto-realizável), ou seja, se as pessoas acreditam que o sistema é corrupto e injusto, então ele se tornará ainda mais corrupto e injusto e assim por diante. Isso sugere que simplesmente denunciar os corruptos não é o bastante. É preciso que as denúncias sejam

### Há um sério problema de autocensura nos meios de comunicação

imediatamente sucedidas pelos programas de reformas institucionais específicos. Para mim, esse risco tampouco pode servir de desculpa para abafar escândalos. Nenhuma democracia pode funcionar se as pessoas não estão informadas sobre fraudes. Dessa forma, outro caso de círculo vicioso pode se desenvolver, pelo qual algumas autoridades ficam impunes, sugerindo que vale a pena tentar mais uma vez. A consolidação da democracia requer muito mais que eleições competitivas. Também requer esforços ativos e competentes para promover a transparência e para responsabilizar aqueles que não respeitam as regras. E requer uma avaliação realista das políticas públicas para identificar aqueles que são particularmente vulneráveis à corrupção e tentar reestruturar ou até mesmo eliminar tais políticas.

## Conexões entre economia e política favorecem corrupção

No estudo *Corrupção em uma sociedade paternalista: lições da Itália para a América Latina*, as pesquisadoras Susan Rose-Ackerman e Silvia Colazingari fazem analogias entre a democracia italiana e as democracias latino-americanas, ao discutir que esses sistemas não foram capazes de controlar a corrupção.

Entre as características em comum, o estudo afirma que ambos os contextos apresentam relações paternalistas corruptas que mediam as ligações entre o mundo político e o econômico.

- A corrupção está enraizada em muitos países da região e as reformas parecem ser especialmente difíceis nos países em que poucas famílias interconectadas controlam a vida econômica e a vida

política - resumem as pesquisadoras. O artigo, publicado em 1998, lembra que a grande alternância entre ditaduras militares e governos civis faz com que a democracia ainda seja um aprendizado. Até por isso, esses governos seriam caracterizados por um Poder Executivo forte com grande influência sobre o Legislativo e o Judiciário.

- Argentina, Brasil e Venezuela são exemplos recentes de países que recentemente combinaram corrupção com um Poder Executivo forte - afirmam Rose-Ackerman e Colazingari. Essa, porém, seria uma diferença com relação à Itália, que tinha um Executivo fraco. A semelhança estaria no fato de os Poderes não serem

efetivamente separados uns dos outros. Esse ambiente, associado a uma elite pequena, fazia com que o governo se transformasse em um distribuidor de favores.

- O maior problema enfrentado pela elite na Itália eram as brigas entre eles próprios, que se transformaram em batalhas por favores políticos. Essas brigas por benefícios oferecidos pelo poder público algumas vezes se tornam uma competição de propinas que acaba custando caro. Se empresas brigam para comprar uma estatal comprando autoridades, o resultado, provavelmente, será menos ganho para o Tesouro, uma vez que parte do ganho vai para os bolsos dos políticos ou dos partidos - declaram as pesquisadoras.

Nesses países, a privatização de estatais pode significar simplesmente a transferência das empresas para investidores domésticos ricos. Exemplo disso, continuam Susan Rose-Ackerman e Silvia Colazingari, foi a privatização do setor petrolífero na Argentina, em que as empresas compradoras dividiram os campos petrolíferos para diminuir os preços. Depois de completada a privatização da estatal YPF, as empresas trocaram os ativos adquiridos entre elas de forma que o monopólio do setor permaneceu intacto, mas em mãos privadas. O estudo revela ainda que somente participaram daquele processo grandes conglomerados nacionais que apoiavam o então presidente argentino Carlos Menem.

**PESQUISA CNI/IBOPE** Parlamentares de oposição comentam a queda da popularidade e da confiança em Lula

# José Jorge prevê nova queda de Lula

Dentro de 60 ou 90 dias, a popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda estará pior que hoje, previu o senador José Jorge (PFL-PE) ao comentar os resultados da pesquisa CNI/Ibope, divulgados na quarta-feira, segundo os quais a confiança em Lula caiu 12 pontos percentuais (de 56% para 44%). De acordo com a pesquisa, encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), a aprovação do governo, que era de 55% em junho último, caiu para 45%, ou seja, "menos da metade da população aprova o governo", destacou o senador.

Para José Jorge, esta queda de popularidade do presidente já era prevista, na medida em que as classes sociais menos informadas fossem tomando conhecimento dos escândalos apurados nas CPIs do Congresso. Cerca de 76% das pessoas que já conhecem as denúncias de corrupção as consideram verdadeiras, mas 20% da população ainda não sabe nada a respeito.

A pesquisa revela, na sua opinião, que a população começa a

ver a incapacidade de governar do presidente, diante das denúncias de corrupção, do pequeno índice de crescimento da economia e do desemprego.

Já Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou que o PT não pode fugir da realidade, ao comentar a queda de popularidade de Lula. A pesquisa demonstra que o presidente já perdeu

metade dos 52 milhões de votos que recebeu, disse o senador, acrescentando que "as eleições vão fazer o *impeachment* do presidente". Antonio Carlos congratulou-se com o povo pela queda de popularidade e frisou que "ou o governo muda ou vai perder o resto do pouco que tem".

Em resposta à resolução da Executiva do PT divulgada no dia 19, que atribuiu à oposição "um



MARCIA KALLINE

**José Jorge lembra que 20% da população ainda desconhece investigações das CPIs**

festival denunciante", o presidente nacional do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), leu nota do partido, afirmando que a linha adotada pela oposição é "responsável e fiscalizadora".

– O PFL recusa qualquer responsabilidade pela crise do governo, gerada e desenvolvida pela geléia ideológica do PT e pela irresponsabilidade e falta de ética de seus dirigentes – afirmou.

## Alvaro quer suspensão de repasses ao PT

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou, por meio de advogados da Executiva Nacional do PSDB, representação ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pedindo a suspensão do repasse de recursos do Fundo Partidário ao PT. Para o senador, o pagamento de passagens aéreas para parentes de integrantes do partido configura desvio de finalidade.

– Cabe ao TSE convocar a Procuradoria Eleitoral para investigar e, a partir daí, julgar e definir penalidades, como a suspensão do repasse – explicou.

Uma série de denúncias mos-

trou que o PT teria utilizado recursos do fundo para pagar viagens dos filhos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva – juntamente com as respectivas namoradas –, do marido da ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy, da mulher do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, além da mulher e filhos do ex-presidente do PT José Genoino.

– Isso é grave porque o Fundo Partidário consiste de recursos públicos e tem uma destinação definida por lei. Estão misturando o público com o privado – afirmou o senador, lembrando que

o PSDB já entrou anteriormente com representação no tribunal em razão da mesma prática de uso indevido do Fundo Partidário.

O senador César Borges (PFL-BA) classificou como "diversionismo" a suposta tentativa da Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores de atribuir a responsabilidade pela crise política à oposição e à imprensa.

O senador José Maranhão (PMDB-PB) endossou o comentário do petista e afirmou que a tarefa da reforma política não é apenas do PT, mas de todos os partidos.

## Ideli suspeita de "grampo" telefônico

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou que pode ter sido uma armação para desacreditá-la a divulgação de reunião ocorrida na quinta-feira em seu gabinete, no mesmo momento em que participava do encontro com o empresário Edson Brockveld, que lhe apresentou denúncias contra fraudes supostamente ocorridas nos Correios na época do governo Fernando Henrique Cardoso. Ideli desconfia de que alguém tenha colocado uma escuta ilegal em seu gabinete. Se isso aconteceu, disse, é "uma afronta ao Senado".

A senadora acha que o fato

pode ter relação com sua atuação durante o depoimento do empresário Daniel Dantas, do Banco Opportunity, às CPIs Mistas dos Correios e do Mensalão, quando atacou duramente o banqueiro. Ela disse que Dantas está envolvido "nas dez maiores maracutaías" investigadas no Brasil e que responde a processos nos Estados Unidos e na Inglaterra.

Em resposta ao pronunciamento, Alvaro Dias (PSDB-PR) ressaltou o papel da imprensa na investigação de denúncias de corrupção. "O competente jornalismo brasileiro tem sido de importância fundamental."

## Oposição critica declarações de petista em depoimento de Dantas

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) condenou o comportamento da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) durante a reunião conjunta das CPIs dos Correios e do Mensalão, que ouviu o banqueiro Daniel Dantas, do Banco Opportunity. Segundo ele, Ideli tentou barrar qualquer tentativa de o banqueiro e dirigentes do Fundo de Pensão do Banco do Brasil (Previ) serem acareados.

De acordo com o senador,

ela acusou o banqueiro sem lhe dar direito de resposta. Ideli também comentou que a irmã do banqueiro, Verônica Dantas, manteria sociedade com Verônica Serra, filha do prefeito José Serra. O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) considerou este "um gesto infeliz" e defendeu um "padrão de comportamento" entre os senadores. Ideli admitiu rever a posição expressada em relação à filha de Serra.

## Mercadante pede que famílias sejam preservadas em meio à crise

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), fez um apelo aos parlamentares no sentido de, ao tratar da crise política, não envolver indevidamente familiares de figuras públicas. E citou como exemplo cobranças dirigidas



Mercadante

ao filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, à filha do governador de São Paulo, Geraldo

Alckmin, e à filha do prefeito de São Paulo, José Serra, durante depoimento do banqueiro Daniel Dantas às CPIs dos Correios e do Mensalão.

– Filho não tem que explicar pai – acentuou o senador, justificando sua opinião pelas cobranças recebidas na juventude em função de seu pai ser militar.

## Ana Júlia responde a denúncias da revista *Veja*

"Não aceito ficar sob suspeição nem ter a minha imagem vinculada a ações de destruição da Amazônia. Todas as denúncias cairão por terra e poderei provar definitivamente a falsidade delas", afirmou a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), ao se defender de reportagens publicadas pela revista *Veja* na semana passada. A senadora fez duras críticas à revista e à forma como a matéria foi apurada, garantindo que não há nenhu-

ma prova que respalde as denúncias contra ela.

A revista cita depoimento do presidente do Sindicato dos Reflorestadores do Pará, Mário Rubens de Souza Rodrigues, à CPI da Biopirataria, da Câmara dos Deputados. Nesse depoimento ele afirma que pessoas ligadas à senadora e ao Ibama teriam arrecadado ilegalmente recursos de madeiras para campanhas eleitorais.

## Repúdio contra agressões a Heloísa Helena

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) condenou as agressões verbais dirigidas à senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) pelo deputado Eduardo Valverde (PT-RO), em reunião das CPIs dos Correios e do Mensalão. O senador disse que os ataques demonstram mediocridade política, numa agressão gratuita à mulher.

– Além de atingir uma parlamentar, ataca a mulher representada pela senadora. A imagem do Congresso está no

chão – disse.

Em nome da liderança do PSOL, Geraldo Mesquita (AC) manifestou solidariedade à senadora.

– Foi uma agressão à mãe e à mulher Heloísa Helena – declarou.

Solidarizaram-se com Heloísa Helena Tasso Jereissati (PSDB-CE), Romeu Tuma (PFL-SP), Sibá Machado (PT-AC), Eduardo Suplicy (PT-SP), Mão Santa (PMDB-PI) e Leonel Pavan (PSDB-SC).

**CRISTOVAM NO PDT** - O senador Cristovam Buarque filiou-se ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) na última sexta-feira. Indagado sobre o porquê da escolha, Cristovam disse que ingressou no PDT por sua vinculação à educação e pela luta de seus principais expoentes a favor desta bandeira, citando os já falecidos Leonel Brizola e Darcy Ribeiro.

O senador avalia que poderá ser mais útil ao país estando no PDT. Ele acredita que o PT levará muitos anos na tentativa de se reconstruir e administrar as lutas internas e não sobrar energia para um projeto de Brasil.

**REGISTRO DO PSOL** - Emocionada, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) anunciou que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) homologou o registro definitivo do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). O pedido de criação da legenda recebeu o apoio de 820 mil eleitores de dez estados, quando o mínimo exigido era de 427 mil. O PSOL tem dois senadores – Heloísa Helena e Geraldo Mesquita Júnior (AC) – e é o 29º partido a obter registro nacional. Com o registro definitivo, o partido poderá participar das eleições e da propaganda eleitoral gratuita, além de receber recursos do Fundo Partidário.

**SERYS ELEITA** - Ao comentar as eleições internas do PT, a senadora Serys Slhessarenko informou ter sido escolhida presidente regional do partido em Mato Grosso. A petista disse que errou quem apostou em um baixo comparecimento dos militantes às urnas, pois a participação "superou as expectativas". – Só não tivemos eleições em cinco dos 142 municípios do estado. Quero saudar a militância e os presidentes eleitos das direções municipais. O PT é forte e lutaremos para reconstruí-lo – declarou Serys, que também defendeu e considerou justa a greve das universidades federais.

**CURA PARA CORRUPÇÃO** - O senador Mão Santa (PMDB-PI) disse que a corrupção no Brasil é uma doença crônica, para a qual existe tratamento, mas que levará tempo para a cura. – O país é um doente grave. A doença não tem cura rápida, pois é velha e crônica e só agora o país fez o diagnóstico. A roubalheira é muito antiga, mas é preciso dar o primeiro passo para a higienização – ressaltou Mão Santa, que espera o nascimento de um novo país com o fim da atual crise, desde que haja o envolvimento dos brasileiros e da imprensa na busca da verdade.

## CRISE POLÍTICA

## Severino renuncia, mas promete voltar em 2006

O presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP-PE), renunciou ao seu mandato em discurso da tribuna, na tarde de quarta-feira. Ele reafirmou inocência e sustentou que sua eleição para o cargo contrariou os interesses de "uma elitezinha que não quer jamais largar o osso". Disse ainda que deixa o mandato pobre e endividado e anunciou a intenção de se candidatar novamente a deputado, no próximo ano.

– Vou rebater as acusações. Vou provar que estou sendo condenado pelas palavras de um empresário desastrado, mentiroso e devedor dos cofres públicos. Voltarei. O povo me absolverá – afirmou.

O parlamentar atribuiu sua queda a um "complô das elites", diante de sua origem humilde e de uma suposta independência

política. Ele sublinhou a rejeição da MP 232, que aumentava impostos.

O deputado foi ouvido por um Plenário silencioso, formado por quase 300 dos 513 deputados. Ao fim do discurso, gritos de protesto contra Severino ecoaram nas galerias (veja abaixo).

Ele renunciou 18 dias depois da primeira denúncia de que teria recebido propina do empresário Sebastião Buani, que explora restaurantes no Congresso. Desde então, Severino vinha desmentindo as afirmações do empresário. A Polícia Federal investigou o caso, e nos últimos dias, depois obter provas contra ele, encaminhou o inquérito ao Supremo Tribunal Federal, pois havia suspeitas de corrupção no processo – só o Supremo pode autorizar a investigação de parlamentares federais.



Líderes partidários se reúnem na Presidência da Câmara para definir detalhes da eleição desta semana

## Câmara elege novo presidente na quarta



A eleição do sucessor de Severino Cavalcanti na Presidência da Câmara dos Deputados será nesta quarta-feira. As cabines de votação e as urnas que receberão as cédulas dos 513 deputados já estarão à disposição dos eleitores a partir das 9h da manhã, no Plenário da Casa. A decisão foi tomada pelos líderes partidários da Câmara, reunidos na quinta-feira no gabinete da Presidência para definir todos os procedimentos da sucessão.

Sete partidos já lançaram candidatos, mas o prazo para registro oficial das candidaturas termina nesta terça-feira, às 18h. À noite, a TV Câmara promoverá um debate entre os candidatos. Os líderes decidiram na reunião que não será permitido qualquer tipo de propaganda eleitoral.

O 2º turno da eleição, caso

nenhum candidato obtenha metade mais um dos votos (257), se realizará logo após a apuração do 1º turno. O deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA) acredita que deve haver um pronunciamento curto dos dois candidatos mais votados, antes do início do 2º turno, "mas a apuração final deverá estar concluída antes dos jornais televisivos das 19 ou 20 horas", previu o deputado.

### Nove parlamentares entram no páreo

Os candidatos lançados até sexta-feira eram José Thomaz Nonô (PFL-AL), 1º vice e presidente em exercício da Câmara; Alceu Collares (PDT-RS); Aldo Rebelo (PCdoB-SP), ex-ministro da Coordenação Política no governo Lula, pela base aliada; Ciro Nogueira (PP-PI); Francisco Dornelles (PP-RJ); Luiz Antônio Fleury (PTB-SP); Michel Temer (PMDB-SP); Jair Bolsonaro (PP-RJ); e João Caldas (PL-AL). O

PSDB poderá apoiar o candidato do PFL. Apenas Bolsonaro, Caldas, Fleury e Collares haviam registrado as candidaturas até sexta-feira.

O PT, que no início do processo quis lançar Arlindo Chinaglia (SP) como candidato próprio, decidiu apoiar Aldo Rebelo. De acordo com o líder do partido na Câmara, deputado Henrique Fontana (RS), seu partido tem maioria na Casa (89 deputados) e não pode sequer ficar fora da Mesa diretora. Fontana lembrou que isso ocorreu na gestão anterior porque a eleição de Severino Cavalcanti foi inesperada.

Para José Carlos Aleluia, os deputados precisam ter seriedade para escolher um candidato que não seja atrelado ao governo, tampouco defensor intransigente de suas cores partidárias. "O novo presidente da Casa precisa ser independente, disposto a falar pela Câmara como instituição", concluiu.

### Renan descreve o que considera o candidato ideal

Ao discursar na terça-feira no fórum de abertura da 13ª Feira Internacional da Indústria Sucroalcooleira, realizado em Sertãozinho (SP), o presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, disse que o candidato ideal para substituir o deputado Severino Cavalcanti na Presidência da Câmara dos Deputados seria aquele que se comprometesse com a realização da reforma política até o dia 30 de setembro

(prazo constitucional de um ano antes das eleições) e da reforma tributária até o final do ano.

– Essas reformas já foram aprovadas no Senado Federal. A reforma política, há mais de três anos. Agora, nós votamos uma reforma de emergência que trata dos custos absurdos das campanhas eleitorais. Os espaços das campanhas eleitorais precisam ser usados para o confronto de idéias, o debate de posições, para

avancarmos no processo político-eleitoral – assinalou.

Renan Calheiros afirmou que é difícil arriscar um nome para a Presidência da Câmara, mas lembrou que o deputado Michel Temer (PMDB-SP) é um nome que reúne as condições necessárias para o cargo. Ele explicou que, sendo o PMDB a maior bancada na Casa, o partido teria o direito regimental de eleger o novo presidente.



Thomaz Nonô (E), presidente em exercício da Câmara, com Severino Cavalcanti, pouco antes da renúncia

### Estudantes protestam nas galerias contra corrupção

Assim que Severino Cavalcanti pronunciou a última palavra de seu discurso, uma mulher gritou das galerias: "Vai embora, Severino". Foi a senha para que cerca de 20 universitários comesçassem a se manifestar aos gritos contra a corrupção. O refrão mais repetido foi "tem mensalinho, tem mensalão, mas não tem dinheiro para educação".

Os estudantes, que se disseram da Universidade de Brasília e da Universidade Estadual de Goiás, se recusaram a deixar as galerias e a segu-

rança da Câmara teve de usar a força. As cenas dos estudantes sendo empurrados das galerias foram apresentadas ao vivo para o país por emissoras de rádio e TV que transmitiam a renúncia de Severino. O presidente em exercício da Câmara, José Thomaz Nonô (PFL-AL), suspendeu a sessão por dez minutos.

Os vidros grossos que separavam as galerias do Plenário a fim de conter manifestações foram retirados por ordem do então presidente da Câmara João Paulo Cunha (PT-SP).



Estudantes se manifestam nas galerias da Câmara durante discurso de renúncia de Severino; eles foram retirados à força pela segurança

### Apenas dois deputados não foram notificados

Até a última sexta-feira, dois deputados dos 16 citados pelo relatório das CPIs dos Correios e do Mensalão não haviam sido notificados pela Corregedoria da Câmara para apresentar suas defesas.

Os parlamentares são apontados como possíveis beneficiários do esquema do "mensalão", que teria sido coordenado pelo empresário Marcos Valério.

O deputado José Borba (PMDB-PR), um dos que não haviam sido citados, precisou viajar na última semana, segundo informou sua assessoria, que confirmou a presença do parlamentar em Brasília para esta segunda-feira.

Já o deputado José Janene (PP-PR) estaria em tratamento médico, motivo pelo qual não foi encontrado até sexta-feira.

O corregedor da Câmara, deputado Ciro

Nogueira (PP-PI), pretende enviar ao Conselho de Ética um parecer único citando as defesas de cada um dos 16 deputados.

Para esta terça e quarta-feira, foram marcados depoimentos na Corregedoria dos deputados Vadão Gomes (PP-SP) e Josias Gomes (PT-BA).

Josias Gomes disse que espera estar na lista dos processos que serão arquivados pela Corregedoria. Ele teria recebido R\$ 100 mil no Banco Rural a mando do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, dinheiro que, segundo o deputado, foi usado para pagar despesas da campanha de 2002.

O prazo final para a conclusão dos trabalhos de defesa dos deputados será de cinco sessões a partir da última notificação entregue, conforme a determinação do Supremo Tribunal Federal.

REFERENDO Até 20 de outubro, as frentes pró e contra a proibição da venda de armas defendem teses em rádio e TV

# Propaganda gratuita começa dia 1º

As propagandas gratuitas das frentes parlamentares a favor e contra a comercialização de armas de fogo e munição, tema do referendo a ser realizado em 23 de outubro, serão veiculadas em rádio e TV a partir do dia 1º. Cada uma das frentes terá direito a blocos diários de nove minutos, veiculados até o próximo dia 20 nos seguintes horários: das

7h às 7h09 e das 12h às 12h09 (no rádio); das 13h às 13h09 e das 20h30 às 20h39 (na televisão). Cada bloco será dividido igualmente entre as duas frentes.

Serão reservados ainda 20 minutos diários, inclusive aos domingos, para inserções de 30 segundos, distribuídas ao longo da programação veiculada das 8h à 1h. Essas inserções não poderão ser

divididas em blocos de 15 segundos e nem agrupadas.

Não há qualquer proibição para partidos políticos – seja por sua direção nacional ou diretórios estaduais e municipais – defenderem em propaganda político-partidária uma das duas proposições do referendo, conforme decisão do ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) José

Gerardo Grossi. Na semana passada, ele negou liminar a recurso apresentado pela Frente Parlamentar por um Brasil Sem Armas contra o programa partidário gratuito do PFL do Distrito Federal. Na propaganda, o partido defendeu a comercialização de armas de fogo e munição.

Abaixo, veja argumentos pró e contra a comercialização de armas.

## A venda de armas de fogo deve ser proibida?

### SIM

O senador César Borges (PFL-BA), que foi relator do Estatuto do Desarmamento no Senado, afirma que a lei já apresenta resultados positivos, com a campanha do desarmamento. Ele afirma que a criminalidade deverá cair ainda mais se o "sim" vencer o referendo.

#### Qual é a expectativa do senhor quanto ao referendo de outubro?

Espero que a população confirme o que nós já colocamos no estatuto, que é a proibição do comércio de armas. O que desejamos é uma sociedade com mais paz e menos violência, e que acima de tudo preserve a vida humana.

#### Como o senhor avalia a opinião dos que defendem o uso de armas pelo cidadão comum em legítima defesa?

O argumento de que você pode salvar

uma vida humana se estiver armado não é verídico, e funciona, na verdade, ao contrário. Se você estiver armado, as suas chances de viver serão bem menores. A pessoa reage e sua vida poderá ser tirada. Isso é o que dizem as estatísticas. Diante desses dados concretos, acredito que será possível até aumentar o número de cidadãos que votarão a favor da proibição da venda de armas no país.

#### Já houve redução de homicídios desde a campanha do desarmamento voluntário da população?

Sem dúvida. A campanha representou uma primeira etapa da execução do Estatuto do Desarmamento. Agora, com a realização do referendo, estaremos cumprindo mais uma etapa. Foram recolhidas em todo o país durante o desarmamento voluntário mais de 400 mil armas. A partir da vitória do "sim", esperamos que o governo federal faça a sua parte, bem como os órgãos responsáveis pela segurança pública – aparelhando as polícias, desarmando criminosos e promovendo batidas policiais. Aí, com certeza, conseguiremos diminuir ainda mais a criminalidade. Ao lado disso, será necessário enfrentar deficiências estruturais de nossa sociedade, oferecendo mais educação e oportunidades aos jovens.

### NÃO

O senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) adiantou que votará contra a proibição do comércio de armas e acusa o governo de estar promovendo "propaganda enganosa e antidemocrática", ao se colocar, de antemão, favorável à proibição.

#### Quais as razões que o levam a defender a venda de armas?

O meu voto será "não" no referendo, porque, na verdade, a lei já proíbe o uso da arma nas ruas. Não existe mais porte de armas. O que a lei permite hoje, desde que a Polícia Federal autorize, é que o chefe de família tenha uma arma em sua casa para sua legítima defesa, de sua família e de seu patrimônio. Por que vamos desarmar apenas o cidadão honesto, deixando o bandido nas ruas? Isso não pode acontecer.

#### Com a propaganda, que começa no dia 1º, o senhor acredita que as pessoas ainda podem mudar de opinião até o dia do referendo?

A venda pode acabar proibida, porque as ações de comunicação do governo e das entidades que trabalham contra a venda têm invadido a mídia. O governo, e em especial o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, precisam parar de fazer essa propaganda enganosa e absurdamente antidemocrática, porque no referendo o povo tem que se manifestar, para que a gente não tire do homem honesto a opção da legítima defesa.

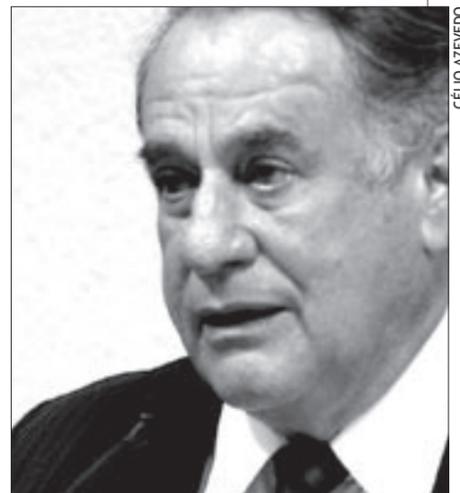
#### Caso o referendo aponte para a proibição da venda de armas, o comércio

#### ilegal poderá diminuir?

A criminalidade vai continuar crescendo, bem como o assustador contrabando de armas. Os bandidos que estão aí tomando conta do país vão continuar com a arma na mão. Nunca vi bandido comprar arma em loja. Temos 20 milhões de armas ilegais no país, e nenhuma delas, com certeza, foi adquirida em lojas. Por outro lado, temos menos de 2 milhões de armas legalizadas, nas mãos de homens honestos.



"A partir da vitória do sim, esperamos que o governo federal faça sua parte"



"Os bandidos que estão aí vão continuar com as armas na mão"

## PREVIDÊNCIA SOCIAL

### INSS aposta na modernização

Terminada a greve de 76 dias de seus servidores, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) retomou o projeto de modernização do sistema, que ainda enfrenta problemas graves de fraudes, morosidade na concessão de benefícios, falta de infra-estrutura para os atendimentos e pagamentos indevidos de aposentadorias. É o que afirmou o diretor-presidente da instituição, Valdir Moysés Simão, ao ser questionado pelos senadores durante audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O presidente da CDH, senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), criticou a burocracia e a insensibilidade do governo para a situação dos aposentados e demais pessoas que precisam dos serviços do INSS.

– Temos que mostrar à nação qual é a real situação, e procurar dar alguma garantia de que crises como a que foi provocada pela última greve não voltarão a acontecer – afirmou.

Pelos cálculos do órgão, estão

chegando às agências cerca de 30 mil pedidos de benefícios por dia, desde o encerramento da greve, em 17 de agosto. Antes da paralisação, a média era de 20.400 solicitações diárias. O presidente do INSS disse acreditar que em 30 dias a situação estará normalizada.

#### "Medo de não ser atendido gera filas"

Mesmo admitindo deficiências no atendimento, Valdir Simão garantiu que as filas estão diminuindo, indicativo de melhora na qualidade dos serviços. Ele atribui a maior parte dos congestionamentos à desconfiança do segurado sobre a capacidade de a Previdência responder a seus requerimentos no prazo adequado.

– O medo de não ser atendido é que faz com que os segurados cheguem às agências de madrugada ou até mesmo no dia anterior – justifica o presidente do INSS.

Para ganhar a confiança da população, Simão aposta no

funcionamento da recém-criada Diretoria de Atendimento do INSS, que terá entre as suas atribuições estudar demandas e propor desde a mudança de métodos até novos horários de funcionamento das agências. Até o fim do ano, o INSS irá implantar um programa de gestão de atendimento nas cem maiores agências do país.



Para Simão, as filas nas agências são causadas pela desconfiança do segurado sobre a capacidade de atendimento do INSS

### Fraudes e demora nas perícias médicas prejudicam beneficiários

Na audiência pública, o senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) citou, entre as distorções no sistema do INSS, a história do aposentado João Ramos da Nobreza, que morreu este ano no Hospital Miguel Couto (RJ). Sua esposa, ao iniciar o processo para ter acesso ao benefício

do INSS, descobriu que havia uma outra mulher, Maria Mesquita dos Santos, que recebia o benefício desde 1985, com o mesmo número do PIS do marido morto. "Dona Neusa esteve duas vezes no INSS, a fraude já foi comprovada, mas até agora a situação não foi regularizada, trazendo sérios prejuízos para a viúva", afirmou o senador.

De acordo com o senador Paulo Paim (PT-RS), grave é a situação do cidadão que, ao procurar o INSS para o auxílio-doença, é obrigado, muitas vezes, a esperar de dois a três meses. "Se a falta de condições para o trabalho for prolongada, a pessoa recebe durante 15 dias da empresa e depois fica sem salário até que seja liberado o auxílio-doença", criticou o senador.

De acordo com o presidente do INSS, Valdir Simão, a perícia médica é responsável atualmente por 70% dos requerimentos ao INSS.

ORÇAMENTO Casa tem até 13 de outubro para votar medida e evitar a perda de benefícios fiscais introduzidos por ela

# MP do Bem passa a tramitar no Senado



A duas semanas do término da sua vigência, a MP do Bem (Medida Provisória 252), convertida na Câmara no Projeto de Lei nº 23, exigirá a construção de um acordo político rápido e bem montado no Senado para que os benefícios fiscais introduzidos por ela não desapareçam depois do dia 13 de outubro.

O acerto que viabilizou concluir a votação no Plenário da Câmara, na última terça-feira, deixou várias pendências para serem resolvidas pelos senadores. Segundo o deputado Custódio Mattos (PSDB-MG), relator da MP do Bem naquela Casa, sete destaques para votação em separado foram retirados na última hora, mediante entendimento entre os partidos para que fossem reapresentados no Senado.

Na avaliação de Mattos, o mais polêmico deles, de autoria do deputado Francisco Dornelles (PP-RJ), estabelece o prazo de 30 dias para que os procuradores da Fazenda Nacional ofereçam interposição de recurso às decisões do Conselho de Contribuintes contrárias ao Fisco. "Hoje, eles não têm prazo para dar ciência do processo, demorando às vezes até um ano para isso", explica Mattos.

O governo foi contrário ao destaque, sustentando a inviabilidade do cumprimento desse prazo que importaria perdas enormes aos cofres públicos. Mattos informou



Sarney, relator da MP do Bem no Senado, terá de resolver destaques da Câmara que impuseram à União perdas superiores a R\$ 2 bilhões

que Dornelles estava disposto a ampliá-lo para 90 a 120 dias. No entanto, não houve acordo.

Outra pendência, desta vez com deputados do PDT, diz respeito à proposta para compensar as perdas nos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios com as isenções de Imposto de Renda e de IPI, as duas fontes que abastecem esses fundos. Os senadores também têm reclamado da redução dos repasses aos municípios. E o presidente do Congresso, senador Renan Calheiros, já avisou que pretende aproveitar a MP 252 para resolver as dívidas das prefeituras com a Previdência Social.

## Limites do Simples e cobrança cumulativa

Ao lado dessas reivindicações, o senador José Sarney (PMDB-

AP), designado na última sexta-feira relator da MP do Bem, terá de resolver os dois destaques aprovados na Câmara que impuseram perdas à União superiores a R\$ 2 bilhões anuais. O mais difícil é o reajuste da tabela de enquadramento das micro e pequenas empresas no Simples. Os limites de classificação dobraram de R\$ 120 mil para R\$ 240 mil de receita bruta anual, e de R\$ 1,2 milhão para R\$ 2,4 milhões, para as pequenas.

O outro destaque permite o retorno ao sistema de cobrança cumulativa do PIS/Pasep e da Cofins, com alíquota de 3,65%, inferior à cobrança não-cumulativa com alíquota de 9,2%, sobre a energia elétrica para os segmentos residencial, rural, público e de iluminação pública.

## Renan quer aproveitar a MP para resolver dívidas com a Previdência

## Principais medidas do projeto de conversão da MP do Bem

- As empresas de *software* e de serviços de tecnologia da informação que exportarem no mínimo 80% da sua receita bruta anual, apurada pela média do período de três anos, poderão adquirir bens tanto no exterior quanto no mercado interno com isenção de PIS/Pasep e Cofins.

- O programa - Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação (Repes) - foi ampliado na Câmara, que suspendeu o IPI para a importação de bens sem similar nacional.

- Os demais exportadores serão regidos pelo Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (Recap); ficam suspensos por cinco anos a incidência de PIS/Pasep e Cofins sobre máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos.

- Os gastos realizados com pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica poderão ser classificados como despesas operacionais junto ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e abatidos da base de cálculo para apuração do lucro líquido.

- A União poderá bancar até 50% da remuneração de pesquisadores empregados em atividades de inovação tecnológica por empresas localizadas no país.

- É criado o Programa de Inclusão Digital, que isenta de PIS/Pasep e Cofins, até o final de 2009, a comercialização de computadores de mesa e portáteis, observando o limite de R\$ 2,5 mil.

- O limite de isenção para o Imposto de Renda sobre ganhos de capital é elevado de R\$ 20 mil para R\$ 35 mil para alienação de bens e direitos de pequeno valor, exceto para ações negociadas em bolsa e em balcão; ficam isentos os ganhos obtidos pelas pessoas físicas que queiram vender imóveis residenciais para comprar, no prazo de 180 dias, outros de valor igual ou superior.

- A Câmara incluiu autorização para que bancos criem fundos de investimento que funcionem como garantia na locação de imóveis, prorrogou a isenção de IPI para a aquisição de veículos por taxistas, suspendeu o PIS e Cofins para produtos lácteos e reduziu o IPI para jóias e gemas.



## Governo pode iniciar 2006 sem lei orçamentária aprovada

O mal-estar provocado pelos 23 vetos presidenciais à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) só reforçou as avaliações cada vez mais freqüentes na Comissão Mista de Orçamento (CMO) de que o governo pode iniciar 2006 sem lei orçamentária aprovada pelo Congresso. O cronograma de tramitação deve ser revisto esta semana, quando serão escolhidos os dez relatores setoriais.

O PSDB já avisou que irá bloquear a pauta de votações da CMO se o Executivo não voltar atrás nos vetos, no que deve ser apoiado pelo PFL, seu aliado habitual. Alguns acordos fechados entre os líderes partidários e o relator da LDO, deputado Gilmar Machado (PT-MG), foram cancelados pela caneta presidencial, gerando novos focos de atrito.

Foi o caso do fim do contingenciamento das emendas parlamentares, garantido na LDO. A justificativa para o veto foi de que isso

## Rombo pode chegar a R\$ 10,3 bilhões sem esqueleto da Previdência

traria dificuldades para o gerenciamento das finanças públicas. Repesadas no início de cada ano, as emendas são liberadas gradativamente, tornando-se instrumento de barganha do governo com os congressistas, para convencê-los a aprovar projetos de interesse do Executivo.

Elas espelham a participação do Congresso no orçamento e, mais do que o valor em si (R\$ 3,5 bilhões na proposta de 2006), as emendas retratam os compromissos dos parlamentares com suas bases

eleitorais, viabilizando pequenas obras municipais como a construção de escolas, creches e postos de saúde.

Os atritos que esse veto poderia causar nos debates com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, durante audiência na CMO na última terça-feira, acabaram empurrando a oficialização dos cortes para o dia seguinte, segundo parlamentar governista com acesso direto ao ministro.

De fato, os protestos dos parlamentares, na reunião da CMO na última quinta-feira, revelaram as dificuldades que o governo irá enfrentar para aprovar o Orçamento de 2006. Outros vetos tornaram-se focos de conflito - como a supressão do dispositivo que permitia excluir o ressarcimento aos estados exportadores (Lei Kandir) do limite de 17% do PIB fixado na LDO para conter as despesas do governo.

O projeto de 2006 não previu recursos para compensar as perdas dos estados com a isenção de ICMS nas exportações. O Congresso terá de administrar, como no ano passado, o pleito dos governadores e arranjar recursos de no mínimo R\$ 5,2 bilhões, conforme estudo realizado pela Consultoria de Orçamento da Câmara.

O rombo potencial, no entanto, é muito

maior, podendo atingir R\$ 10,3 bilhões, pelas estimativas preliminares que devem constar da nota técnica conjunta das consultorias de Orçamento das duas Casas, com divulgação prevista para esta semana (*ver quadro ao lado*). O levantamento já considerou o veto ao reajuste linear do funcionalismo, assim como o projeto que prevê um aumento anual da folha do Judiciário da ordem de R\$ 4,6 bilhões, com impacto líquido de R\$ 1,5 bilhão sobre os gastos de pessoal no próximo ano.

Existem, porém, pressões não incluídas nesse rombo. A pior é a revisão de pensões concedidas antes de 1995, cujas decisões judiciais estão sendo questionadas pelo INSS perante o STF, um esqueleto que pode variar de R\$ 7,8 bilhões pelos cálculos da Previdência a R\$ 14 bilhões, pelas estimativas de consultores da Câmara.



Paulo Bernardo (E), ao lado do presidente da CMO, Gilberto Mestrinho, em audiência na terça-feira

## O que falta para fechar o Orçamento de 2006

(estimativa preliminar)

**R\$ 5,2 bilhões** para compensar estados exportadores (Lei Kandir)

**R\$ 1 bilhão** para atender o projeto do Fundeb

**R\$ 1,3 bilhão** para o reajuste dos militares e o aumento do Legislativo

**R\$ 2,8 bilhões** para a revisão de despesas subestimadas da Previdência

**Total: R\$ 10,3 bilhões**

Fonte: Consultoria de Orçamento da Câmara

## COMISSÕES

# Venda direta de lotes da União passa na CCJ

Os lotes em terrenos da União poderão ser vendidos diretamente, sem licitação, aos seus ocupantes, desde que sejam pessoas físicas, se projeto do senador Paulo Octávio (PFL-DF) for transformado em lei, o que ficou mais próximo na última semana quando a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou a matéria em caráter terminativo. O senador disse que seu projeto (PLS 294/03) foi motivado pelo "drama compartilhado" por mais de 500 mil pessoas no Distrito Federal, que moram em condomínios irregulares e há tempos convivem com a "ameaça de serem despejadas de suas residências".

– O projeto concede ao poder público instrumento para a resolução das ocupações irregulares em áreas urbanas não apenas no Distrito Federal, possibilitando a venda direta de terrenos pertencentes à União aos ocupantes de boa-fé que atendam aos requisitos da lei – explicou o senador.



Paulo Octávio: projeto beneficia, ao mesmo tempo, moradores e a União

Paulo Octávio entende que o próprio poder público será beneficiado, já que, com a regularização, o governo vai passar a arrecadar impostos e convertê-los em melhorias para as cidades.

Pela proposta, cada ocupante poderá adquirir um único lote, ficando seu cônjuge e descendentes proibidos de fazer outra compra nessas condições. A venda poderá ser parcelada com uma entrada de 10% do valor do terreno e o restante em até dez anos. Além disso, a venda ou cessão do imóvel fica proibida pelo prazo de cinco anos.

No parecer, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou que a União tem de se esforçar para que sua propriedade cumpra verdadeira função social, especialmente no aspecto da moradia em áreas que fazem parte da sua reserva técnica.

A proposta tramitava junto com projetos do senador Valmir Amaral (PP-DF) e do então senador Eurípedes Camargo, que, de acordo com o relator, eram menos abrangentes.

A matéria segue para análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

## Projeto regulamenta profissão de segurança

A CCJ aprovou projeto de lei que regulamenta a profissão de agente de segurança privada, estabelecendo piso salarial, jornada de trabalho compatível com a função e fornecimento de equipamento de proteção. De acordo com o PLC 48/03, para exercer a profissão, o segurança não pode possuir antecedentes criminais e deverá ser aprovado em curso específico e em exames físico e psicológico.

O projeto define como agente de

segurança privada o trabalhador devidamente preparado e autorizado a desenvolver atividades de segurança particular, vigilância, proteção, fiscalização e controle para garantir a incolumidade das pessoas e a inviolabilidade do patrimônio público ou privado.

– As normas são apropriadas, com o intuito não só de garantir maior segurança para o agente, mas também a melhoria dos serviços. Os avanços estão na definição precisa dos deveres, dos

direitos e das garantias desses profissionais – afirmou o relator, Marcelo Crivella (PL-RJ).

Aloizio Mercadante (PT-SP) lembrou que o projeto foi aprovado devido a acordo estabelecendo que a questão das cooperativas de segurança será discutida no projeto que regulamenta as empresas de segurança privada, de Tasso Jereissati (PSDB-CE).

A matéria segue para análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

## Segregação de portadores de HIV pode virar crime

A CCJ aprovou terminativamente, em turno suplementar, substitutivo do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) a projeto da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) que define os crimes resultantes de discriminação a portador do vírus HIV e ao doente de Aids.

O projeto (PLS 51/03) prevê detenção, de um a quatro anos, e multa para quem recusar, prote-

lar, cancelar ou segregar a inscrição ou impedir que permaneça como aluno portador de HIV em qualquer estabelecimento de ensino, público ou privado.

Essa também é a pena para quem negar emprego ou trabalho, exonerar ou demitir, recusar ou retardar atendimento de saúde e divulgar a condição de portador do HIV com o intuito de ofender-lhe a dignidade.

## Proposta defende consumidor de novo tipo de estelionato

A CCJ aprovou parecer do senador José Maranhão (PMDB-PB) a projeto de lei (PLC 10/05) que torna nula qualquer cláusula de contrato que obrigue o consumidor a se tornar sócio de qualquer tipo de empresa.



José Maranhão

No parecer, Maranhão afirma que essa é uma nova forma de estelionato, caracterizada pela oferta de bens, direitos ou serviços aos consumidores com vantagens

exageradas. Ao assinar o contrato fraudulento, o consumidor seria incluído, sem seu conhecimento, na condição de sócio dos empreendimentos.

A proposta altera o Código de Defesa do Consumidor, para evitar a prática, que, segundo o relator,

distorce o objetivo do negócio: de mero adquirente de bens ou serviços, passa a responder pelo empreendimento, assumindo, inclusive, eventuais prejuízos.

## Aprovadas duas indicações de embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deu parecer favorável à mensagem presidencial que indica o diplomata Carlos Augusto Rego Santos Neves para acumular, com o cargo de embaixador na Rússia, a representação no Turcomenistão e no Uzbequistão. A CRE também concordou com a indicação para que o embaixador na Índia, José Vicente de Sá Pimentel, represente o Brasil junto ao Nepal. As indicações vão a Plenário.

A CRE aprovou ainda, em decisão terminativa, projeto de Marcelo Crivella (PL-RJ) que cria o Dia da Amizade Brasil-Israel, comemorado em 29 de novembro (PLS 56/05). A comissão também acolheu parecer favorável a quatro projetos de decreto legislativo, entre eles o que aprova o acordo entre Brasil e China que dá continuidade ao desenvolvimento de satélites de recursos terrestres (PDS 356/05).



Tasso Jereissati (E), ao lado de Sérgio Guerra, critica concentração de recursos para moradias no Sul e Sudeste

## Especialistas reivindicam subsídios para habitação

Criação de subsídios para diminuir o déficit habitacional nos estados do Nordeste e Norte foi defendida em audiência pública realizada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) por especialistas do setor. O encontro abordou ainda distorções na aplicação de recursos da poupança em financiamentos habitacionais.

O presidente da CDR, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), apontou que, enquanto o Sudeste fica com 81,04% dos recursos, o Sul tem 11,39%, o Nordeste, 4,33%, o Centro-Oeste, 2,17%, e o Norte, apenas 1% do total.

Os especialistas concordaram que o déficit habitacional é maior no Nordeste. Porém, a população mais afetada, de baixa renda, não tem acesso a recursos para a construção da casa própria, por conta dos juros altos.

Representante do Ministério das Cidades, Marta Garske adiantou que uma nova política de habitação deve garantir acesso dos mais pobres aos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A Caixa Econômica Federal divulgou que financiou R\$ 5,3 bilhões este ano para 290 mil unidades, principalmente para os mais pobres.

## Anatel anuncia medidas contra clonagem de celular

A partir de janeiro de 2006, as ações de combate à clonagem de celulares serão ampliadas e o atendimento ao usuário será aperfeiçoado. A informação foi dada pelo presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Elifas Chaves Gurgel do Amaral, em audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Hoje, são clonados cerca de 100 mil celulares por mês.

As empresas formarão um sistema de prevenção de fraudes e devem dispor de meios para identificá-las.

– Infelizmente, a tecnologia

não está tão avançada para impedir o crime – afirmou.

Elifas do Amaral disse que a troca de plano pode deixar de implicar a mudança de número e que créditos para o serviço pré-pago terão validade maior, indo para 180 dias, e o usuário poderá ser reembolsado pelos créditos não utilizados.

Presidente da CI, Heráclito Fortes (PFL-PI) avalia que as medidas devem proteger o consumidor e garantir mais eficiência e economia. O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) reclamou do contingenciamento do orçamento da Anatel.

## Telefone fixo terá conta detalhada

O presidente da Anatel aproveitou para anunciar que em 2006 as contas de telefone fixo passarão a exibir o detalhamento dos minutos consumidos mensalmente, em substituição ao registro de pulsos.

– Atualmente, não há nenhuma transparência nas contas de telefone – comentou Tourinho.

Outras mudanças a partir de janeiro: o usuário poderá

parcelar a fatura enviada fora do prazo pela operadora, terá valores cobrados indevidamente ressarcidos em dobro e será comunicado da inclusão de seu nome no cadastro de inadimplentes; a empresa oferecerá plano pré-pago e ressarcirá o assinante pelas interrupções do serviço por mais de 30 minutos no mesmo dia, com a concessão de créditos.

## Cabral quer prorrogação de incentivos para o audiovisual

O presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social, senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), informou que irá apresentar projeto prorrogando por dez anos artigo da Lei do Audiovisual que define os incentivos fiscais que hoje financiam a produção do cinema e do audiovisual brasileiro.

O anúncio foi feito durante reunião com o presidente do Congresso Brasileiro de Cinema, cineasta Geraldo Moraes. Cabral esclareceu que, como a prorrogação do artigo depende do Executivo, seu projeto apenas autorizará a iniciativa. Pela lei, os incentivos vão até 31 de dezembro de 2006.

## COMISSÕES

# Nova gestão de florestas avança e vai ao Plenário

As comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovaram pareceres favoráveis ao projeto que regulamenta a gestão da exploração de florestas públicas e cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal e o Serviço Florestal Brasileiro.

O PLC 62/05 já havia sido discutido em duas audiências públicas no Senado – a última na terça-feira, quando a falta de consenso sobre as medidas previstas, entre as quais a concessão de áreas florestais

para a exploração privada por até 40 anos, voltou a ficar evidente.

A matéria tramita em regime de urgência no Senado e já foi incluída na ordem do dia do Plenário, mas só poderá ser apreciada depois das três medidas provisórias (MPs) com prazo de votação vencido que acabam de chegar da Câmara. Além disso, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pode analisar o projeto nesta quarta-feira. Na semana passada, um impasse impediu a aprovação do relatório do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). A pedido do senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC), o presidente da CCJ, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), concedeu uma semana a mais para análise da matéria.

Na CAE, a polêmica em torno da matéria acabou não se refletindo na votação: os parlamentares que haviam apresentado emendas decidiram retirá-las, facilitando a aprovação,

por votação simbólica, do relatório elaborado pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), que matém o texto aprovado na Câmara.

Para o relator, a medida favorece principalmente a Amazônia, com área florestal de domínio público correspondente a mais de 40% do território e alvo de exploração clandestina.

– Este projeto tenta ao menos controlar e dar racionalidade à exploração – avaliou o relator.

Na CMA, a relatora, Ana Júlia Carepa (PT-PA), acredita que o projeto pode levar à retomada da liberação de projetos de manejo de florestas pelo Ibama, atualmente suspensa pelo Ministério Público, exatamente pela falta de normas definitivas para a exploração.

Para o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a matéria foi pouco debatida, mas acabou retirando suas emendas. Ele espera que a nova lei não termine engessando o desen-



Ana Júlia Carepa destaca retomada da liberação de projetos de manejo de florestas

volvimento da região.

Roberto Saturnino (PT-RJ) espera grande avanço no equilíbrio entre o uso legal dos recursos florestais e a preservação. Para Aloizio Mercadante (PT-SP), o projeto contribuirá para a geração de emprego, renda e trabalho na Amazônia.

## Urgência para projeto ainda divide senadores

A segunda audiência pública conjunta da CAE, CMA e CCJ que debateu o projeto serviu para apontar a falta de consenso entre os parlamentares quanto à adoção do regime de urgência. Enquanto a relatora na CMA, senadora Ana Júlia Carepa, defendeu a deliberação imediata sobre a proposição, o relator na CCJ, senador Mozarildo Cavalcanti, pediu que o governo revisse o pedido de urgência para que

a proposta pudesse ser debatida com profundidade. A matéria precisaria ser votada pelas comissões antes do dia 22 deste mês para que não fosse encaminhada ao Plenário sem o parecer dos três colegiados.

A audiência pública conjunta da terça-feira contou com a participação do presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Marcus Barros;

do diretor de Políticas Públicas do Greenpeace, Sérgio Leitão; do representante do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais, João Paulo Sarmento; do engenheiro florestal Ederson Zanetti; do representante da Associação dos Servidores do Ibama, Divino Teixeira; e do secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, que também participou da audiência pública anterior.



Jefferson Péres, relator na CAE: “O projeto tenta dar racionalidade à exploração”

## Mozarildo: proposta é ameaça à soberania

O governo federal não se preocupa com a região Norte do país, nunca teve um plano para integrar os estados que a constituem e enviou ao Congresso um projeto de lei antinacional de gestão de florestas. A afirmação é do senador Mozarildo Cavalcanti, relator do projeto na CCJ, para quem a proposta favorece o aluguel das florestas brasileiras a empresas internacionais e é uma ameaça à soberania nacional.

– Estou combatendo esse projeto para mostrar a inconstitucionalidade, os riscos e a grande maracutaia para roubar o dinheiro da nação – disse Mozarildo.

Segundo ele, o governo Lula demarcou mais de 1,5 milhão de hectares na fronteira com a Venezuela e a Guiana contra a vontade dos próprios índios e apesar das recomendações em contrário das comissões externas do Senado e da Câmara.

## Lobão critica falta de fiscalização

O senador Edison Lobão (PFL-MA) considerou “um escândalo” a China ser o maior exportador de móveis de madeira para os EUA, quando esses produtos são fabricados com matéria-prima importada de “forma legal ou ilegal” da Amazônia. Se hoje os órgãos de fiscalização não conseguem impedir a devastação e a

“exportação ilegal”, Lobão questiona se será possível impor algum controle após a aprovação do PLC 62/05. Ele entende que os atuais programas de manejo têm fracassado e lembra que basta um sobrevôo pelo país para ver os enormes claros “denunciadores da destruição de matas jamais renovadas”.

## Mais 1 milhão de profissionais da educação

Um milhão de pessoas que trabalham nas secretarias escolares, nas cantinas e nas bibliotecas das escolas brasileiras passarão a ser consideradas profissionais da educação, segundo projeto da senadora Fátima Cleide (PT-RO), aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Educação (CE).

O PLS 507/03, relatado pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC), modifica a Lei de Diretrizes e Bases para definir os profissionais da educação básica e “tratá-los como verdadeiros educadores”, como definiu Fátima Cleide. Também em decisão final, a CE aprovou o PLS 4/05, do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), que inclui a Filosofia e a Sociologia nos currículos do ensino médio.

## Em discussão, o custeio do ensino público

Com a aprovação de requerimento do senador Cristovam Buarque (sem partido-DF), o financiamento do ensino público no Brasil será o tema de audiência pública a ser promovida pela CE, em data ainda a ser marcada.

Cristovam decidiu apresentar o requerimento durante a discussão, na comissão, do PLS 177/05, do senador Marcelo Crivella (PL-RJ), que estabelecia o pagamento de anuidades a universidades públicas por parte de estudantes cuja renda familiar fosse superior a 30 salários mínimos – o equivalente a R\$ 9 mil. O projeto foi rejeitado pela comissão, a partir de voto contrário do relator, senador Leonel Pavan (PSDB-SC).

## Autorizados empréstimos para a área social

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou projeto que autoriza o Executivo a tomar emprestado US\$ 1 bilhão junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para aplicação nos programas Bolsa-Família e de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). A proposta tramita com pedido de urgência para apreciação em Plenário.

Também foi aprovado projeto que autoriza o estado do Ceará a contratar, junto ao Banco Mundial (Bird), empréstimo de US\$ 149,75 milhões para financiar programas de inclusão social. A proposição também foi aprovada em regime de urgência pelo Plenário do Senado (veja pág. 16).

### Comissão acelera trabalhos e vota projetos

A CAE aprovou em bloco, na mesma reunião da semana passada, 18 das 35 proposições em pauta. A estratégia destina-se a acelerar a votação de assuntos pendentes e traduz a preocupação dos senadores com o alto

número de matérias acumuladas (mais de 400). A falta de quórum tem inviabilizado as votações na CAE nos últimos meses, principalmente após a instalação das três CPIs mistas.

Entre os projetos aprovados em bloco, selecionados por não abordarem temas polêmicos, está o PLS 351/04, do senador Paulo Paim (PT-RS), que destina ao menos 30% dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) para a educação.

Outro projeto, do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), muda a Resolução do Senado 93/70, estabelecendo que o presidente do Banco Central – ou diretor por ele indicado – passe a comparecer ao colegiado para expor decisões do



Como relator, Paulo Paim foi favorável à reserva de recursos do Fust para a educação

Comitê de Política Monetária.

A CAE também aprovou parecer do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), favorável ao projeto de lei da Câmara (PLC 2/05) que define as condições para a identificação do couro e matérias-primas que podem substituí-lo na confecção de calçados e outros produtos. Já aprovada pela Câmara e pela CCJ, a matéria segue para o Plenário e, se aprovado, estará próximo a se transformar em lei.

## PLENÁRIO



Projeto oriundo da Câmara foi aprovado com 50 votos a favor e nenhum contra pelo Senado

## Casas de abrigo vão à sanção presidencial

O Senado aprovou, por 50 votos a zero, o projeto de lei da Câmara (PLC 109/03) que acrescenta às finalidades do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) a manutenção de casas de abrigo destinadas a acolher vítimas de violência doméstica. O projeto, que agora vai a sanção presidencial, é da deputada Luiza Erundina (PSB-SP), que destacou na justificativa a importância das casas de abrigo. "Nelas, além de estarem a salvo do agressor, [as vítimas] receberão apoio ma-

terial e psicológico", explicou a autora do projeto, lembrando que a medida pode aumentar o número de denúncias de agressão e, conseqüentemente, ajudar a reduzir a ocorrência desse crime.

Durante a votação do projeto, alguns senadores destacaram a necessidade de alterar a forma como tramitam as medidas provisórias, para evitar que elas prejudiquem os trabalhos no Congresso. Também foi destacada a importância de procurar desburocratizar a administração no Brasil.

## Dois empréstimos externos autorizados

Aprovados pelo Plenário, seguem para promulgação dois projetos de resolução do Senado autorizando contratação de crédito externo. O primeiro possibilitou ao Ceará contratar empréstimo de US\$ 149,75 milhões para financiar programas de inclusão social no estado. Com garantia da União, os recursos serão concedidos pelo Banco Mundial e vão atender ações nas áreas de saúde, educação básica e fundamental, saneamento urbano e biodiversidade.

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), relator do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), confirmou o enquadramento do estado nos requisitos necessários para a contratação do empréstimo. Os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG) elogiaram o equilíbrio fiscal do estado cearense.

Os senadores da bancada cearense, Patrícia Saboya (sem partido), Tasso Jereissati (PSDB) e Reginaldo Duarte (PSDB) agr-

deceram em nome dos cearenses e destacaram a importância dos recursos para a sociedade do estado.

O segundo projeto de resolução aprovado autorizou o Executivo contrair empréstimo de US\$ 1 bilhão junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para financiamento parcial do Programa de Apoio ao Sistema de Proteção Social. O projeto obteve parecer favorável do relator Flexa Ribeiro (PSDB-PA) na CAE.

## Mudança em código agiliza julgamentos

O Plenário aprovou projeto de lei da Câmara (PLC 72/05) que altera o Código de Processo Civil (CPC) em relação às regras para recursos judiciais. O agravo retido e o agravo de instrumento são instrumentos destinados a impugnar decisões interlocutórias, ou seja, aquelas que não põem fim ao processo, como a liminar. A diferença entre eles é que, enquanto o agravo de instrumento segue para julgamento

imediatamente, o agravo retido só será julgado no caso de apelação, proporcionando, assim, maior celeridade ao processo.

Para o relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Edison Lobão (PFL-MA), as novas regras irão desobstruir a pauta dos tribunais e dar mais agilidade ao Poder Judiciário. Uma das alterações coloca o agravo retido em condição de recurso-regra contra de-

cisões interlocutórias, tornando obrigatória a conversão em retido dos agravos de decisões que não possam causar dano grave ou de difícil reparação e os posteriores à sentença.

Outra mudança restringe o uso do agravo retido oral às audiências de instrução e julgamento. O código em vigor admite o uso do agravo em quaisquer audiências (de conciliação, preliminar ou de instrução e julgamento).

## Doação de aviões gera polêmica, mas é aprovada

Depois de muita controvérsia, o Plenário do Senado aprovou projeto de lei (PLC 74/05) que autoriza o Poder Executivo a doar 12 aeronaves T-25 às Forças Aéreas da Bolívia e do Paraguai. Diversos parlamentares questionaram a situação de sucateamento da Força Aérea Brasileira (FAB), tratando a oposição de acusar o governo Lula de adotar uma política externa equivocada, que teria levado o país a inúmeras derrotas em fóruns internacionais. A matéria segue agora a sanção presidencial.

Na exposição de motivos, o ministro da Defesa, o vice-presidente José Alencar, defende a doação explicando que a FAB possui aeronaves mais modernas e econômicas e a estocagem das T-25 geraria custos adicionais. Além disso, a iniciativa reforçaria a cooperação com os dois países, inclusive a militar.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) se disse favorável à doação, mas afirmou que o país não pode conceder emprés-

timos a outras nações enquanto municípios e estados estiverem carentes de recursos. Arthur Virgílio (PSDB-AM) também votou a favor, mas criticou o contingenciamento de recursos para a Amazônia enquanto o Brasil investe em outros países.

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), destacou que o país tem "vocaçãõ solidária", precisa fortalecer o Mercosul e que as T-25 foram substituídas por aeronaves mais modernas e eficientes.



Arthur Virgílio faz crítica a contingenciamento de recursos para a Amazônia

## Grupo avalia relações com Paraguai

Projeto de resolução do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), que institui o Grupo Parlamentar Paraguai-Brasil, com a finalidade de incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos, foi aprovado pelo Plenário. A matéria, que teve parecer favorável na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), segue para promulgação.

Na justificativa, Renan lembra que Brasil e Paraguai estão empenhados em diversas iniciativas de interesse comum e destacou

iniciativa similar aprovada pela Casa parlamentar paraguaia, criando comissão atualmente composta por nove de seus senadores.

Renan destacou a importância da relação entre os dois países, lembrando que circula pelo Brasil a maior parte do comércio exterior paraguaio, por meio dos entrepostos de depósito franco nos portos de Santos e Paranaguá. No Paraguai, continua, encontra-se um contingente de brasileiros e descendentes estimado em 400 mil pessoas.

## Cristovam consegue criação de comissão para o Haiti

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF), em discurso na segunda-feira, anunciou que visitou o Haiti, a convite do Ministério da Cultura, e concluiu que estava certo ao votar favoravelmente ao envio de tropas pelo governo brasileiro àquele país, para ajudar na estabilidade política abalada pela deposição do ex-presidente

Jean-Bertrand Aristide.

Cristovam defendeu a criação de uma comissão pluripartidária de senadores para ir ao país observar as ações do Exército brasileiro. O presidente da Casa, Renan Calheiros, acatou a sugestão do parlamentar e o nomeou presidente da comissão externa, que deve indicar mais dois membros.

### Presidência



O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu na segunda-feira a visita do presidente da Áustria, Heinz Fischer, à frente de uma comitiva que incluiu o presidente do Supremo Tribunal austríaco. Eleito pelo Partido Social-Democrata e com mandato até 2010, Heinz Fischer disse que esta é a quarta vez que visita Brasília e classificou o relacionamento com o Brasil de "excelente". Participaram do encontro os senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Ney Suassuna (PMDB-PB).

### Curtas

**CANA-DE-AÇÚCAR** - Ao falar na abertura da 13ª Feira Internacional da Indústria Sucrialcooleira, em Sertãozinho (SP), o presidente do Congresso, Renan Calheiros, lembrou que, depois da soja e da carne, o setor sucrialcooleiro é o maior gerador de divisas na balança comercial do país. Ele disse que a cana-de-açúcar precisa ter tratamento prioritário nas políticas de governo. - No que depender do presidente do Congresso, continuaremos dando a base política e institucional para que não sejamos assaltados pelas incertezas, permitindo, assim, que os setores produtivos continuem no caminho dos investimentos e da geração de emprego e renda - afirmou Renan.

## PLENÁRIO



Renan, ao lado de Arns e Azeredo, recebe manifesto do Conselho dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência

## Paim celebra dia de luta do portador de deficiência

O senador Paulo Paim (PT-RS) celebrou na quarta-feira o primeiro Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência. A data comemorativa foi criada por projeto de sua autoria. Em seu discurso, Paim abordou a luta pela inclusão social.

– As pessoas com deficiência tendem a ser excluídas da vida social, econômica e política da comunidade – explicou o senador, ao argumentar que a falta de políticas para esse público prejudica toda a sociedade.

Paim sugeriu, como políticas de inclusão, a criação de condições arquitetônicas e de transporte favoráveis ao livre deslocamento dos portadores de deficiência, além do incentivo à solidariedade familiar e à eliminação do preconceito.

## Serys anuncia programa pela igualdade de gênero

Serys Shessarenko (PT-MT) anunciou o lançamento do Programa Governamental Pró-Equidade de Gênero, que pretende estimular a igualdade entre homens e mulheres nas empresas públicas. O programa, de responsabilidade da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e do Plano Nacional de Políticas para Mulheres, foi desenvolvido em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Fundo das Nações Unidas para as Mulheres (Unifem).

Segundo informações do IBGE, observou, 14,5% da população brasileira são portadores de deficiência.

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) vê avanços da sociedade brasileira na luta pela inclusão de portadores de deficiência, destacando as iniciativas da Casa, mas ressalva que ainda há muito por fazer em prol dos “novos cidadãos”.

### Manifesto pede que direito seja cumprido

Flávio Arns (PT-PR) e representantes do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade) entregaram ao presidente Senado, Renan Calheiros, manifesto reivindicando o cumprimento de direitos das pessoas com deficiência.

– É um excelente programa implementado pela ministra Nilcéa Freire – afirmou, pedindo atenção especial de governos estaduais e dirigentes empresariais para o programa.

Serys acredita que as empresas que assumirem esse compromisso se tornarão “mais justas e participativas”.

Entre os objetivos do programa, a senadora destacou a eliminação de todas as formas de discriminação no acesso, remuneração, ascensão e permanência no emprego.

# Prefeitos mobilizados em busca de recursos

Com o objetivo de pressionar o Congresso na aprovação de mais recursos para os municípios, prefeitos de todo o Brasil vão se reunir no auditório Petrônio Portela, no Senado, na terça e na quarta-feira. São esperados cerca de mil prefeitos na mobilização, organizada pela Confederação Nacional de Municípios (CNM). Na lista de reivindicações dos prefeitos estão medidas que, segundo eles, devem ser definidas no prazo máximo de 60 dias, para viabilizar os pagamentos das contas municipais de fim do ano. Entre elas está o aumento de 22,5% para 23,5% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), previsto na reforma tributária, que já tem o apoio do Congresso.

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) criticou a anunciada redução dos repasses de verbas para o FPM e considerou justa

a mobilização de prefeitos, ao afirmar que o movimento merece o apoio de todos os senadores.

– Precisamos tomar providências energéticas para resolver esse grave problema dos municípios – sustentou Lúcia Vânia.

No mesmo sentido, o presidente do Senado, Renan Calheiros, propôs que as lideranças partidárias da Casa reúnam-se para discutir uma solução para a situação das prefeituras.

– O Senado é a casa da Federação, e o município é um ente federado. Por isso, temos a obrigação constitucional de defendê-los – declarou Renan.

Os senadores Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG)



Lúcia Vânia defende o apoio de todos os senadores ao movimento dos prefeitos

destacaram a necessidade de parcelamento das dívidas das prefeituras com a Previdência.

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) alertou para a gravidade da situação e José Agripino (PFL-RN) assinalou que os repasses para as prefeituras do Rio Grande do Norte tiveram queda de até 80%.

## Senadores condenam redução de repasses

Oito de cada dez prefeituras de Pernambuco fecharam suas portas na quinta e sexta-feira, em protesto contra a redução nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) determinada pelo governo, informou o senador José Jorge (PFL-PE).

A redução se deve a uma queda na arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e no Imposto de Renda (IR), conforme explicação oficial. José Jorge questionou o corte ao lembrar que a Receita Federal anunciou um aumento de 15,64% na arrecadação em agosto, impulsionado pelo crescimento do Imposto de Renda.

– Para onde está indo toda essa montanha de dinheiro? – interrogou.

O senador afirmou que, como resultado, as prefeituras estão deixando de pagar as contas de luz, água e telefone, e que o

pagamento do 13º salário dos servidores municipais já está ameaçado. José Jorge foi apoiado, em apartes, pelos senadores Marco Maciel (PFL-PE) e José Agripino (PFL-RN).

### Para Tourinho, corte inviabiliza municípios

A decisão do governo de reduzir em 50% os recursos a serem repassados ao Fundo de Participação dos Estados (FPE) e ao FPM também foi criticada por Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

– Como é que os municípios, já em situação de extrema necessidade, vão poder suportar essa diferença? – protestou.

Em apartes, César Borges (PFL-BA) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) manifestaram seu apoio ao pronunciamento de Tourinho.

José Agripino (PFL-RN) quer obter informações do Ministério da Fazenda sobre a arrecadação do Imposto de Renda e do IPI

nos meses de agosto e setembro. O líder pefelista disse ter encaminhado requerimento nesse sentido à Mesa do Senado.

Também o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) questionou que o governo tenha tido “uma superarrecadação” em agosto e que pouco desses recursos chegará aos municípios. Osmar Dias (PDT-PR) pediu apoio à sua proposta de emenda à Constituição que obriga a União a repassar a estados e municípios 10% do total da arrecadação anual sobre contribuições sociais das empresas.

Já Romero Jucá (PMDB-RR) solicitou à Câmara que aprove a reforma tributária já votada pelo Senado. Ele ressaltou que a mudança traz pontos importantes para as prefeituras, como o aumento de um ponto percentual da arrecadação do IPI e do IR destinado aos municípios.

### José Maranhão cobra ensino profissionalizante

Ao atribuir o crescimento econômico dos Tigres Asiáticos ao investimento feito em educação nas últimas décadas, o senador José Maranhão (PMDB-PB) defendeu a difusão do ensino médio profissionalizante como “uma via segura para o crescimento nacional”. José Maranhão citou como exemplo bem-sucedido de ensino profissionalizante o trabalho desenvolvido pelo Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet), entidade que substituiu as antigas escolas técnicas. Ele explicou que, além do ensino médio, a entidade prepara os jovens para o mercado de trabalho por meio de cursos técnicos como suporte e sistemas de informação, edificações, recursos naturais e outros.

### Mozarildo quer mudança na Raposa Serra do Sol

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) comunicou ao Plenário ter enviado ofício ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva sugerindo alterações no decreto do Executivo que demarcou, em 15 de abril deste ano, a reserva indígena Raposa Serra do Sol. No documento, ele pede a exclusão da área demarcada das vilas do Mutum, Socó, Água Fria e Pereira (Surumum) e das atuais propriedades produtoras de arroz, com limites totais de 30 mil hectares.

– O decreto pode ser convalidado com o acréscimo dessas pequenas coisas. Mande o ofício por dever de consciência e espero, pelo menos, ser respondido – comentou.

Mozarildo explicou que sua intenção é harmonizar os direitos dos índios e das comunidades não-índigenas.

### Suplicy apóia os aposentados do Banespa

A reivindicação apresentada pelos funcionários inativos do antigo Banco do Estado de São Paulo (Banespa), admitidos até 22 de maio de 1975, foi defendida em Plenário pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Segundo informou, mais de 13 mil aposentados e pensionistas do antigo Banespa, vendido ao Santander em 2000, reclamam que não recebem reajuste na complementação de benefício a ser paga mensalmente pela instituição. Suplicy lembrou que o direito à complementação das aposentadorias e pensões já havia sido assegurado por legislação estadual. Ele disse ainda que a Resolução do Senado 118/97 transferiu a responsabilidade pelo pagamento dessa obrigação previdenciária para a União.

### Pavan apóia pleito de técnicos da Receita

Após defender técnicos da Receita Federal excluídos da carreira de auditor, o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) declarou que recebeu várias mensagens de protesto de auditores daquela entidade. No dia 13 de setembro, Pavan havia afirmado em Plenário que “é extremamente injusto que os técnicos da Receita, que já faziam parte da carreira de auditoria, sejam aliçados dessa função no novo órgão, a Receita Federal do Brasil, devido à Medida Provisória 258/05”. E acrescentou que isso significaria perpetuar a discriminação contra os técnicos. O senador defendeu emenda do deputado Júlio Redecker (PSDB-RS) que reverteria o problema.

– Estou apoiando uma emenda que busca legalizar essa situação – disse.

## PLENÁRIO

# José Agripino aponta paralisa do governo

Ao manifestar sua preocupação com a estagnação econômica do Brasil, José Agripino (PFL-RN) fez um apelo ao presidente Lula para que envie ao Congresso projetos importantes para o país, como o da reforma trabalhista.

– Cadê as reformas estruturais? Cadê a reforma tributária? Os municípios estão padecendo e estamos sendo governados por um governo incapaz de fazer costuras políticas e administrar. Estamos dispostos a ajudar, debater, discutir e votar, mas o governo tem que fazer a sua parte.

Agripino citou previsão do Fundo Monetário Internacio-



José Agripino pede que o presidente Lula envie reformas estruturais para a análise do Congresso Nacional

nal (FMI) sobre o crescimento econômico de alguns países em 2006, o qual prevê para o Brasil uma das piores taxas de crescimento – apenas 3,3% – na comparação com seus vizinhos

latino-americanos e com outras economias emergentes, tais como Índia e Rússia. O senador creditou essa estimativa à crise política e às altas taxas de juros.

## ACM: participação do Brasil na ONU foi "um fracasso"

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) considerou um fracasso a participação do Brasil na 60ª Assembléia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Em sua avaliação, “a tentativa boba” protagonizada pelo presidente Lula, de incluir o Brasil no Conselho de Segurança da ONU, serviu apenas para que o país fosse ridicularizado diante das demais nações.

A opinião do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, segundo a qual o presidente “brilhou” na ONU, foi julgada por ACM como uma brincadeira. Ele também cobrou explicações sobre denúncias de que o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, havia pago empréstimo que Lula teria contraído junto ao seu partido, o PT.

## Mão Santa censura desigualdade no país

Mão Santa (PMDB-PI) criticou o governo Lula por não ter reduzido a desigualdade no país. Ele citou estudo do Banco Mundial que classificou o Brasil como um dos países mais desiguais do mundo e o “campeão absoluto” na América Latina. Para piorar o quadro, disse, a avaliação teria concluído não existirem perspectivas de mudança.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) informou que o relatório do Banco Mundial citado por Mão Santa diz respeito ao índice de desigualdade pesquisado em 2001, penúltimo ano da gestão Fernando Henrique Cardoso. Já o senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) comentou que o Banco Mundial não tem autoridade para apontar rumos para o Brasil.

## Ideli registra sobra de vagas no mercado de trabalho de SC

Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou que o crescimento do emprego no país está provocando sobra de vagas no mercado de trabalho de Santa Catarina. Ideli fez o comentário ao citar nota publicada pelo jornal *O Globo*, informando que o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, comunicou ao presidente Lula que os números do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados referentes a agosto serão melhores que os de julho.

A parlamentar embasou sua análise ainda em matérias publicadas por jornais de Santa Catarina, que apontam a falta de profissionais qualificados para trabalhar nas indústrias têxteis e tecnológicas instaladas em Blumenau (SC). O *Diário Catarinense*, disse a senadora, relata que as agências de recolocação profissional do município só conseguem preencher 60% das 2,6 mil vagas abertas, em média, mensalmente.

Ideli também comemorou os índices de redução do preço da cesta básica e os reajustes salariais obtidos por diversas categorias profissionais.

## Goellner exige explicações sobre o Banco Santos

Gilberto Goellner (PFL-MT) exigiu explicações do Banco Central (BC) e das empresas de auditoria responsáveis pela fiscalização das atividades do Banco Santos, cuja falência foi decretada no dia 20 de setembro, depois de dez meses de intervenção do BC. Para o senador, essas instituições tinham condições de perceber o desequilíbrio financeiro do banco.

– O rombo com a liquidação do Banco Santos foi estimado

em R\$ 2,2 bilhões, mas pode ultrapassar R\$ 3 bilhões. De um momento para outro, os correntistas e investidores viram seus recursos virarem pó – afirmou.

Goellner quer averiguar se a atuação do Banco Central e das empresas de auditoria e análise de risco foi correta ou se houve conivência. Para isso, ele sugeriu que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realize uma audiência pública para ouvir os envolvidos no caso.

## Alvaro Dias critica execução do programa Primeiro Emprego

Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou os gastos federais do programa Primeiro Emprego. Ele classificou como desastrosa a gestão do programa.

O parlamentar citou como exemplo o subprograma Estímulo Financeiro ao Empregador para a Geração do Primeiro Emprego, no qual o Ministério do Trabalho e Emprego usou, até setembro deste ano, R\$ 248 mil, de um total de R\$ 62,8 milhões previstos no Orçamento de 2004.



Alvaro Dias

Para ele, o governo Lula consegue ser eficiente, em matéria de execução orçamentária, apenas no que se refere a gastos com publicidade.

– De um total de R\$ 1 bilhão autorizado, foram empenhados e pagos R\$ 592 milhões em 2004. A propaganda, é claro, é a alma do negócio na gestão do presidente Lula – disse o senador.

Alvaro Dias cobrou do governo o cumprimento da promessa de campanha de geração de 10 milhões de empregos.

## César Borges condena uso "eleitoreiro" da transposição

O senador César Borges (PFL-BA) classificou a defesa que o governo faz da transposição do rio São Francisco como um discurso populista e eleitoreiro. Para ele, a real intenção da realização da obra é criar um novo “duto” para financiar a campanha eleitoral do próximo ano.

César Borges informou que até o Banco Mundial considera que há alternativas mais baratas para garantir segurança hídrica no Nordeste Setentrional. Ele disse que, em relatório entregue ao governo federal, a instituição defendeu que, em vez de gastar R\$ 4,5 bilhões na transposição, o dinheiro seja aplicado em pequenas e médias adutoras, sistemas de distribuição de água

e na melhora das companhias de saneamento básico.

– Por que o governo insiste em gastar os escassos recursos públicos numa transposição tão cara e de viabilidade econômica duvidosa? A quem interessa a concretização desse projeto? Talvez aos empreiteiros ou à campanha de reeleição do presidente Lula, ou a ambos.

Em aparte, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) solidarizou-se com o senador baiano quando este cobrou do governo a irrigação do semi-árido baiano, mas defendeu a transposição. Ele informou que a água que deverá ser retirada do São Francisco para a transposição já terá passado pela Bahia.

## Osmar Dias lamenta declínio da agricultura

Ao analisar o cenário econômico brasileiro, o senador Osmar Dias (PDT-PR) lamentou que, enquanto o lucro do setor bancário no Brasil cresceu 34,09% em 2005, o setor agrícola declinou 42% em seu faturamento no mesmo período. Osmar Dias também comentou resultado de pesquisa divulgada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), segundo a qual apenas 36% dos jovens brasileiros entre 16 e 24 anos estão formalmente empregados.

– Os bancos são os únicos que não reclamam dessa política econômica atravessada que destrói o setor produtivo.

## Aelton quer regulamentar venda de insumos

Aelton Freitas (PL-MG) defendeu a realização de uma audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) para discutir a regulamentação do artigo 9º da Lei 10.831, que trata da agricultura orgânica no Brasil. Conforme explicou, o artigo prevê que os insumos destinados à agricultura orgânica deverão ter tratamento diferenciado na nova legislação, não sendo sujeitos à Lei de Agrotóxicos, que dificulta a comercialização dos insumos.

O senador lembrou que o Senado aprovou a medida por ter constatado que os insumos para a agricultura orgânica são de manejo integrado e não causam danos ao meio ambiente.

**ELETROSUL** - Ideli Salvatti (PT-SC) parabenizou a diretoria da Eletrosul, com sede em Santa Catarina, que foi eleita pela revista *Istoé Dinheiro* como a melhor empresa de energia elétrica do país. A revista, explicou Ideli, analisou 30 setores de atividade, citando as cinco melhores em cada setor. A Eletrosul ficou em primeiro lugar na soma de quatro quesitos de gestão: financeira, de recursos humanos, inovação e compromisso social e com o meio ambiente.

**HOMENAGEM** - Marco Maciel (PFL-PE) homenageou, na quarta-feira, o ex-presidente do Senado, Petrônio Portella, pela passagem dos 80 anos de seu nascimento. Maciel destacou o seu trabalho à frente da presidência da Arena, entre 1974 e 1979. – Um dos papéis mais importantes da vida de Petrônio Portella foi a condução do processo de transição para a democracia – disse o senador.

**PETRÓLEO** - Ney Suassuna (PMDB-PB) anunciou em Plenário, na quinta-feira, a descoberta de um novo poço de petróleo no município paraibano de Souza. O senador pela Paraíba disse que o seu estado, que forma um bloco petrolífero com Pernambuco, aguarda a conclusão de pesquisas do Ministério de Minas e Energia para que a área a ser explorada seja licitada.

**PESAR** - O Senado aprovou, na quinta-feira, requerimento do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) solicitando voto de pesar pela morte do ex-senador Itálio Martins Coelho. – Todos que tivemos o privilégio de privar da convivência e amizade desse grande brasileiro comungamos da profunda dor que a família sente neste momento – disse Tebet. Itálio faleceu aos 87 anos, em decorrência de uma pneumonia. Cumpriu o mandato de senador entre 1973 e 1979. Seu irmão, Lúcio Coelho, também foi senador.

## PLENÁRIO



Na sessão de sexta-feira, Capiberibe compareceu ao Plenário com a boca tapada em protesto contra a decisão do Supremo

## STF mantém cassação do mandato de Capiberibe

O senador João Capiberibe (PSB-AP) chegou ao Plenário na sexta-feira com uma fita adesiva colada à boca, como forma de protesto contra a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que arquivou o recurso interposto contra a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que cassou, em abril do ano passado, os mandatos dele e de sua esposa, a deputada federal Janete Capiberibe, por compra de votos.

Capiberibe, que não quis falar com a imprensa, causou surpresa aos parlamentares pelo protesto. Ele ficou apenas ouvindo os discursos dos senadores na tribuna.

### Senador foi acusado de compra de votos

Capiberibe e sua esposa foram acusados pelo PMDB do Amapá de pagar R\$ 26 pelo

voto de dois eleitores na campanha de 2002. Os parlamentares continuavam em seus cargos devido a uma liminar concedida pelo STF, que perde sua validade com a decisão da semana passada.

O objetivo do recurso junto ao STF foi mostrar que teria havido, no processo do TSE, violação à Constituição federal, uma vez que o casal teria sido condenado baseando-se em "prova equívoca, incerta e duvidosa", apresentada por adversários políticos.

A defesa alegou que as testemunhas responsáveis pela suposta comprovação da denúncia teriam sido aliciadas. A acusação, no entanto, argumentou que a quantia mencionada teria sido paga a um número de pessoas muito superior aos eleitores arrolados no processo.

# Lobão cobra recursos para investimentos

A política de contingenciamento adotada pelo governo federal foi criticada em Plenário pelo senador Edison Lobão (PFL-MA). Segundo informou, dos cerca de R\$ 22 bilhões previstos para investimentos no Orçamento em execução, apenas R\$ 886 milhões foram aplicados até julho, o que significa que somente 4% dos investimentos aprovados pelo Congresso foram aplicados.

Na opinião do senador, as ações de governo, especialmente na área de execução orçamentária, estão prejudicadas devido à crise que envolve o país.

– O Brasil tem uma enorme demanda por geração de empregos,

atração de investimentos e crescimento econômico. O nosso país não pode ficar a reboque da atual crise – observou.

Os investimentos na área de infra-estrutura, segundo Lobão, estão praticamente parados. Ele citou os recursos destinados à malha rodoviária federal, informando que, de um total de R\$ 2 bilhões livres de contingenciamento, foram aplicados até julho apenas R\$ 159,3 milhões.

Outro exemplo diz respeito ao Programa de Combate à Crimialidade, que tem orçamento aprovado de R\$ 41,899 milhões,



Para Edison Lobão, o governo está imobilizado devido à crise política

dos quais foram executados somente R\$ 1,587 milhão, ou seja, 3,7% do total previsto.

## Vetos do Executivo à LDO são criticados por Heloísa Helena

Heloísa Helena (PSOL-AL) criticou a decisão do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, de vetar dispositivo previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2006 para compensar os estados exportadores pela isenção do ICMS, prevista pela Lei Kandir.

Ao destacar a dívida da União para com o estado de Alagoas, a senadora ressaltou que o veto é "um desrespeito" ao acordo feito com o Congresso para a aprovação da LDO.

## Alvaro: "Mais uma vez o governo descumpre um compromisso"

Ao condenar o veto ao dispositivo previsto na LDO de 2006 para a compensação dos estados pelas perdas com o fim da cobrança do ICMS sobre bens exportados, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) ressaltou os impactos da medida para o setor agrícola e os estados exportadores de bens primários, como o Paraná.

– Mais uma vez o presidente descumpriu um compromisso. Fazer promessas falsas e promover bravatas tem sido a marca desse governo – disse.

## Dados da economia são contestados

Os índices de crescimento econômico anunciados pelo governo foram contestados pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR). Ele afirmou que a corrupção é a principal causa das "mediócras taxas tão comemoradas pelo presidente Lula". Segundo dados apresentados pelo senador, o Brasil puxou para baixo o crescimento da América Latina.

## Quintanilha: falta atenção ao campo

O governo dispensa às comunidades rurais tratamento inferior ao conferido a moradores das cidades. A opinião é do senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), que citou exemplo de diferenças na concessão de financiamentos para a construção da casa própria, na distribuição de energia elétrica, na oferta de escolas, hospitais e até supermercados.

## Paulo Octávio: apoio ao deficiente visual

Paulo Octávio (PFL-DF) parabenizou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ter sancionado a lei de iniciativa do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que garante ao portador de deficiência visual o direito de frequentar ambientes públicos acompanhado de cão-guia. A lei, observou, é uma "conquista" para os cerca de 1,2 milhão de deficientes visuais brasileiros.

**CULTURA** - Ribamar Fiquene (PMDB-MA) aplaudiu a iniciativa do governador em exercício do Maranhão, Jurandir Ferro do Lago Filho, de editar um decreto que garantirá a participação do estado na Conferência Nacional de Cultura, a ser realizada em 13 de dezembro.

**REPÚDIO** - A decisão dos ministérios da Fazenda e do Planejamento de reduzir em 60% os recursos destinados ao Fundo de Pesquisa de Ciência e Tecnologia recebeu repúdio do senador José Maranhão (PMDB-PB), que lamentou o descaso do governo com o setor.

### Projetos

#### Medidas contra a troca de partido

Proposta do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) altera a lei dos partidos políticos, ampliando de um para três anos antes das eleições o prazo de filiação partidária exigido para que um cidadão possa concorrer a cargo eletivo. O projeto (PLS 289/05) ainda prevê a perda automática de mandato para o parlamentar que deixar o partido por cuja legenda tenha sido eleito. Também para alterar a lei dos par-

tidos políticos, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) propôs a impugnação de candidatura, por parte de qualquer filiado ao partido, a cargo eletivo majoritário, mediante representação fundamentada onde se apontem motivos capazes de tornar o interessado incompatível com a honra, a dignidade e o decoro do cargo, ou ainda em razão de prática de ato de improbidade administrativa (PLS 290/05).

#### Prioridade para portador de câncer

Augusto Botelho (PDT-RR) apresentou proposições para alterar o Código de Processo Civil, incluindo no rol das pessoas com prioridade processual as portadoras de câncer e de Aids (PLS 292/05) e para tornar

obrigatória a inserção, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais, das informações referentes aos contratos e convênios firmados pelos órgãos e entidades integrantes do Orçamento da União (PLS 293/05).

#### Destinação para óleo de cozinha após o uso

O senador Valmir Amaral (PP-DF) propôs que seja obrigatório constar, no rótulo das embalagens de óleo comestível, advertência sobre a conveniência de acondicionar o produto, após seu uso, em garrafas plásticas fechadas, bem como destiná-las ao lixo orgânico (PLS 296/05). A medida visa evitar a contaminação dos recursos hídricos, o entupimento das tubulações e obstáculos à operação das estações de tratamento de esgoto pelos óleos alimentares residuais.

#### Para Soares, político não pode ser apresentador

Para proibir que detentor de mandato eletivo exerça atividade de apresentador ou comentarista de programa veiculado por emissora de rádio e televisão, o senador Luiz Soares (sem partido-MT) apresentou o PLS 288/05. Segundo o parlamentar, o exercício

dessas atividades torna difícil a total dedicação à função pública, e é desleal a disputa eleitoral, uma vez que tais profissionais dispõem de ampla exposição de sua imagem nos meios de comunicação de massa antes do início de campanha para eleições.

#### Fundo Nacional Pró-Leitura

Projeto que cria o Fundo Nacional Pró-Leitura foi apresentado pelo senador José Sarney (PMDB-AP). O fundo seria destinado à captação de recursos para atendimento aos objetivos da Política Nacional do Livro de ampliar o número de leitores no Brasil, além de contribuir para melhorar mecanismos de financiamento na cadeia produtiva do setor (PLS 294/05).

#### Proibição de uso de flúor na água

A proposição (PLS 297/05), que visa determinar que a utilização de flúor na profilaxia da cárie dentária só pode ser realizada pela aplicação tópica do elemento e proíbe a adição de flúor a água, bebidas e alimentos, foi apresentada pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). Já para autorizar a federalização da Universidade Regional de Blumenau, o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) apresentou o Projeto de Lei do Senado 295/05.

## PLENÁRIO

# Garibaldi defende a aprovação do Fundeb

Preocupado com o resultado de recente pesquisa do Ibope, segundo a qual 75% da população brasileira não possuem capacidade plena de leitura e desenvolvimento de textos, o senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) defendeu a aprovação de proposta de emenda à Constituição (PEC 415/05) que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

– A aprovação do Fundeb vai nos permitir ampliar os investimentos em educação, embora seja necessário muito mais. Não falo só na alocação de recursos, mas, também, de uma estratégia de desenvolvimento social



Garibaldi Alves apóia estratégia que põe educação como prioridade

para os próximos 20 anos, que coloque a educação no ápice de nossas prioridades. Algo que não pertença a nenhum partido ou governo – disse.

O senador Cristovam Buarque (PT-DF) lamentou a não-implantação do “choque social” previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano de 2005 e defendeu a previsão de investimentos para a educação no Orçamento de 2006. “Este país tem jeito, mas não tem jeito sem investir em educação”, considerou.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) elogiou a atuação dos ex-ministros da Educação Paulo Renato, do governo Fernando Henrique, e Cristovam Buarque, do governo Lula.

## Saída está na educação, afirma Agripino

Ao registrar a realização do seminário “Propostas para a Solução da Questão Social”, em Salvador, o líder do PFL, senador José Agripino (RN), afirmou que a forma mais eficaz de se combater as desigualdades sociais não é a adoção de providências

visando o aumento da renda, tais como o Programa Bolsa-Família, mas sim através da melhoria da educação.

– É evidente que dar uma cesta de alimentos é coisa boa, mas não é o melhor e nem o mais recomendável. Diante da cons-

tatação de que a pobreza atinge principalmente as crianças e os idosos (sobretudo as crianças), tem que se pensar em educação – disse Agripino, que recebeu o apoio dos senadores Cristovam Buarque, Mão Santa e Garibaldi Alves Filho.

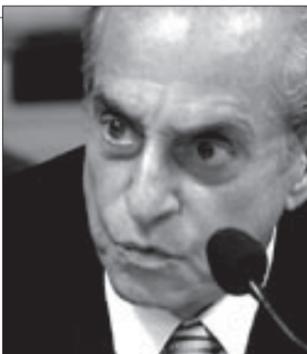
## Tebet pede nova política de saneamento básico

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) comemorou a realização do 23º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental e da 6ª Feira Internacional de Tecnologia em Saneamento e Meio Ambiente, em Campo Grande (MS). Ele lembrou a importância dos dois eventos, dos quais participam 150 expositores de países como Itália, México, Espanha e África do Sul.

Tebet fez um apelo para que

os senadores agilizem a aprovação do projeto de lei que estabelece uma política de saneamento básico no Brasil, que vem sendo discutido, segundo afirmou, há mais de 20 anos, e precisa ser corrigido.

– É preciso que a comunidade científica, os entendidos no assunto e os empresários participem [da discussão] para aperfeiçoar este projeto, que deve ser aprovado para atender aos reclames da sociedade



CÉLIO AZEVEDO

Tebet destacou realização de congresso nacional de saneamento, em Campo Grande

brasileira, principalmente no que diz respeito à cidadania e à qualidade de vida – disse Ramez Tebet.

## Eduardo acusa governador de fazer auto-promoção

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) criticou o governador do Tocantins, Marcelo Miranda, acusando-o de utilizar recursos públicos e eventos institucionais para auto-promoção.

– A população do Tocantins acostumou-se a ver o governador colocar o seu nome em propagandas institucionais – afirmou Eduardo.

Para o senador, o projeto Governo Itinerante tira proveito da falta de recursos nos hospitais e postos de saúde para promover o governador. Segundo o senador, Marcelo Miranda “quer represar todas essas demandas para aparecer nos municípios oferecendo corte de cabelo e atendimento médico”.

Eduardo Siqueira Campos também reclamou da atitude do governador num evento do projeto realizado na cidade de Gurupi. Segundo o parlamentar, o governador, ainda no palanque, convidou o prefeito local, do PSDB, a filiar-se a seu partido, o PMDB. Eduardo classificou essa atitude como um ato de “constrangimento explícito” contra o prefeito.

Sobre a construção da residência oficial do governador, o senador afirmou que a obra está sendo realizada por uma empreiteira criada sete dias depois da posse do atual governador, responsável também pela construção da casa de Marcelo Miranda.

## Mozarildo suspeita de incêndio em Roraima

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) considerou “muito suspeito” o incêndio criminoso do Centro de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol, ocorrido no dia 17, poucos dias antes dos festejos que organizações ligadas à Igreja Católica pretendiam promover para comemorar a demarcação da reserva indígena. Crítico da demarcação, o parlamentar fez uma avaliação sobre o episódio que, a princípio, contraria as suspeitas de que o ataque teria sido realizado por opositores da medida, homologada pelo governo federal em abril.

– O incêndio ocorre, coincidentemente, quatro dias antes dessas comemorações, para as quais foram convidados um bispo que está na Itália e que começou essa confusão [da demarcação], uma senadora italiana, uma rede de televisão européia e o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos – comentou.

O senador também citou matéria do jornalista Amazonas Brasil, que compara o incidente ao incêndio do Reichstag, o edifício do Parlamento alemão, em 1933. Adolf Hitler teria mandado queimar o prédio e atribuído o ataque aos comunistas, utilizando-se desse argumento para perseguir esses inimigos políticos.

## Obra do gasoduto não deve ser adiada, adverte Raupp

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) fez um apelo às autoridades federais para que não seja postergado o início das obras do Gasoduto Urucu-Porto Velho, que considera fundamental para a sustentabilidade econômica de Rondônia e da região Norte. Ele informou que, após dois anos e meio, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) expediu a licença ambiental, no último dia 6.

– Essa obra é importante para Rondônia e para o Acre, que recebe energia da Termoelétrica de Porto Velho, a qual gera 360 megawatts com a queima de 1,5 milhão de litros de óleo diesel por dia – enfatizou.

O senador enumerou os benefícios proporcionados pelo gasoduto, como os empregos gerados pela obra e o aumento substancial da oferta energética em Rondônia, que irá representar um grande desenvolvimento do parque produtivo local. Além disso, o senador ressaltou o fato de o gás natural ser uma fonte limpa de energia que facilitará a substituição do óleo diesel, altamente poluente.

O senador teme que, com a



ROOSEWELT PINHEIRO

Para Raupp, cuidados com meio ambiente não impedem manejo dos recursos naturais

edição de decreto presidencial em fevereiro, criando uma área de floresta nacional na rota do gasoduto, surja um novo empecilho, com a necessidade de novo estudo de impacto ambiental. O senador comentou que licença do Ibama prevê a “coexistência pacífica” entre o gasoduto e a floresta nacional.

Raupp afirmou que o desenvolvimento econômico da Amazônia só será alcançado com respeito ambiental, desde que tal posição não seja levada ao exagero. Para ele, os cuidados com o meio ambiente não impedem o manejo sustentável e equilibrado dos recursos naturais.

## Suassuna propõe maior comércio com Taiwan

Ao defender a ampliação das relações comerciais com Taiwan, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) considerou o quanto teria sido importante para o Brasil a visita da delegação chefiada pelo ministro da Ciência e Tecnologia taiwanês, agendada para agosto e cancelada porque o visto do ministro foi negado.

Suassuna, que preside o Grupo Parlamentar Brasil-Taiwan, disse que o ministro viria acompanhado de empresários interessados em investir em telecomunicações e em tecnologia

de ponta no Brasil. Ele destacou que “os condicionantes diplomáticos advindos do relacionamento bilateral com a China em nada impedem, por exemplo, o incremento das atividades do escritório comercial brasileiro em Taiwan”. E acrescentou que, apesar das tensões existentes entre China e Taiwan, os dois países não deixam de manter relações econômicas.

O senador informou que, no ano passado, a balança comercial do Brasil com Taiwan apresentou um déficit de US\$ 149 milhões.

## Paim lembra 170 anos da Guerra dos Farrapos

O senador Paulo Paim (PT-RS) registrou, no dia 20, a passagem dos 170 anos da Revolução Farroupilha, também chamada de Guerra dos Farrapos, que ocorreu no Rio Grande do Sul entre 1835 e 1845. Os revoltosos lutavam, entre outras idéias, pela autonomia da então província de São Pedro do Rio Grande.

Paim comparou a situação de hoje à vivida na época da Revolução Farroupilha, dizendo que “guardadas as devidas proporções”, o estado continua sendo prejudicado pela elevada taxa de juros, câmbio valorizado, restrições ao crédito e pelo aumento do ICMS.

## Pavan celebra 33 anos da Associação dos Juizes Federais

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) homenageou a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) pelos seus 33 anos de atuação. Pavan falou em nome do PSDB e destacou as atividades da entidade em prol do aperfeiçoamento da democracia no país. Fundada em 20 de setembro de 1972, no Ceará, a Ajufe foi criada para defender os interesses dos magistrados e discutir os problemas da Justiça brasileira. Entretanto, frisou o senador, a instituição não se limitou a lidar com questões corporativas, encampando também a luta em defesa dos direitos humanos, da democracia brasileira e da qualidade do serviço judiciário no país.

## Voz do Leitor

## AMAZÔNIA

“Fico indignado com o descrédito que os políticos dão a nossa maior riqueza, que é a selva amazônica. Além de fecharem os olhos para o desmatamento e as queimadas, estão ignorando a invasão pelas ONGs, que fazem o levantamento do seu potencial explorável da Amazônia, dos seus minérios e biodiversidade e da cultura nativa; patenteiam plantas e traficam animais. Estamos comemorando 20 anos de democracia, e o que se vê é que realmente não estamos prontos para ela. A sede de poder é tanta que há políticos trabalhando em causa própria e esquecendo os interesses do país, da população e da nossa soberania. Faço um apelo aos senadores, para que defendam essa causa e protejam nossa riqueza.”

**Matheus Ataíde de Oliveira, de Botelho (MG)**

## CPMI

“A CPMI que apura as denúncias de corrupção nos Correios tem mostrado muito ânimo em tentar encontrar algum ato ilícito do presidente da República, mas pouco ânimo em procurar os reais responsáveis pela avalanche de ilícitos que se apresenta aos seus olhos. Não seria mais fácil apurar o que se apresenta e chegar aos responsáveis, sejam eles quem forem?”

**Emerson Souza Cardoso, de Campinas (SP)**

## CONTRIBUIÇÃO

“Sugiro um projeto de lei que vise determinar a contribuição do INSS em 5%, em vez dos 20% atuais.”

**José Adair Silva, de Muriaé (MG)**

*Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).*

## COFRES PÚBLICOS

“Proponho que se busque uma forma de exigir que todo o dinheiro que foi comprovadamente desviado pela corrupção possa retornar para os cofres públicos.”

**Manoel Freitas de Oliveira, de Arapiraca (AL)**

## SALÁRIO MÍNIMO

“O presidente Lula não concordou com o aumento do salário mínimo proposto pelo Senado Federal, mas elegemos o presidente na esperança de que os trabalhadores tivessem um salário melhor. O resultado é que ele perde popularidade.”

**Basílio Mário Ramos, de Lajeado (RS)**

## REFERENDO

“Sugiro que o referendo sobre o desarmamento seja feito via Internet, por um 0800 específico ou por ligação de aparelho móvel.”

**Marcelo Menezes, de Muriaé (MG)**

## BRASIL

“Gostaria de dar os meus parabéns a todos os esforços que estão sendo feitos para banir a corrupção do nosso país. Eu ainda acredito que o Brasil é um grande país.”

**Moacir Evangelista da Silva, de Samambaia (DF)**

## NOVA GERAÇÃO

“Serão as novas gerações capazes de substituir as práticas corruptas e autoritárias que marcaram os ciclos políticos anteriores, ou se limitarão a continuar velhas práticas com rostos novos?”

**Lucas Estevão da Silva, de Recife (PE)**

## Pergunte ao Senador

## ORÇAMENTO

**Avelino de Andrade, de São Paulo (SP)**

“Senador Alvaro Dias, desejo saber se existe algum projeto de lei referente ao orçamento impositivo da União.”

**O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) responde:**

Caro Avelino, tramita no Senado Federal a Proposta de Emenda à Constituição 22/00, cuja tramitação ocorre em conjunto com a PEC 77/99 e com a PEC 28/00. A mencionada emenda constitucional “altera disposições da Constituição federal, tornando de execução obrigatória à programação constante da Lei Orçamentária Anual”. Em 16 de março último, foi concedida vista ao senador Aloizio Mercadante, nos termos regimentais, ou seja, o referido parlamentar solicitou um prazo para analisar a proposta em epígrafe. Nesse contexto, gostaria de salientar que no Brasil o orçamento é uma peça de ficção. O Congresso faz de conta que define as áreas prioritárias, onde serão aplicados recursos dos impostos pagos pelos contribuintes, e o Executivo faz de conta que vai cumprir. Mas, depois de aprovada a proposta orçamentária, o governo federal realiza um contingenciamento dos recursos com o argumento de que a receita não será suficiente para todas as despesas. Todo ano esse itinerário se repete. A passagem do orçamento autorizativo, como vigora atualmente, para o impositivo, inegavelmente, representará um avanço para o nosso país.



## PATRIMÔNIO HISTÓRICO

**Francisco Adriano Silva, de Bela Cruz (CE)**

“Senadora Patrícia Saboya, é permitido a uma prefeitura derrubar um patrimônio histórico de 40 anos? A atual prefeitura de Bela Cruz (CE) insiste em derrubar o arco histórico da entrada da cidade.”

**A senadora Patrícia Saboy (sem partido-CE) responde:**

Prezado senhor Francisco Silva, em primeiro lugar, permita-me felicitá-lo por sua preocupação em preservar um patrimônio público, um arco que data dos primórdios da criação do município de Bela Cruz. Em segundo lugar, devo recordar-lhe que qualquer ação com respeito à sua indagação escapa à esfera de atribuições do Senado Federal. Tomo a liberdade de lhe sugerir que busque averiguar junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), pelo site [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br) ou pelo telefone (61) 3414-6176, se esse arco está oficialmente tombado como patrimônio histórico. Desde 1937 (Decreto-Lei 25), há uma legislação específica de “proteção do patrimônio histórico e artístico nacional”, hoje sob a alçada do IPHAN, que é a instância adequada para responder à sua oportuna questão. Meu gabinete em Brasília e meu escritório em Fortaleza se mantêm à disposição de todos os cidadãos para ajudá-los no que for possível.



## Frases

“Falo a verdade: Severino Cavalcanti empobreceu com a política. Esse, sim, o verdadeiro empobrecimento ilícito!”

**Severino Cavalcanti**, ao renunciar à Presidência da Câmara e ao seu mandato, defendendo-se das acusações de ter recebido o “mensalinho” do empresário Sebastião Buani

“Virou-se a página, mas crise não se esgota com a última punição, com a última cassação, com a última renúncia. Nós precisamos aprimorar a ética, a transparência, fazer a reforma política”

**Renan Calheiros**, logo após a renúncia de Severino Cavalcanti.

“Tem mensalinho, tem mensalão, mas não tem dinheiro para educação”

Refrão repetido por um grupo de universitários que acompanhou o discurso de despedida de Severino Cavalcanti.

“A existência desse processo é uma ofensa à democracia e mutila o meu mandato”

**João Capiberibe**, pouco antes do julgamento pelo STF, que decidiu manter a cassação dos mandatos do senador e de sua esposa, a deputada Janete Capiberibe, acusados de compra de votos.

“Covardes não são as CPIs. Faltou coragem a Tarso, quando não expulsou Delúbio Soares do PT”

**Efraim Morais**, em protesto contra as declarações do presidente do PT, Tarso Genro, de que as CPIs teriam perdido o foco e passaram apenas a atacar o PT e o governo federal, num ato de covardia.

“Ou vamos mudar a realidade ou seremos mudados por uma realidade crítica que se instaura na consciência do povo brasileiro”

**Amir Lando**, ao pedir urgência na votação das reformas política e eleitoral.

“É isso aí, falou mal do PT, vai ter troco”

**Eduardo Valverde**, em apoio à senadora Ideli Salvatti, repreendida pela oposição após criticar o governo de FHC e acusar Daniel Dantas de ser o maior corrupto do Brasil, durante sessão das CPIs dos Correios e do Mensalão na quarta-feira.

“Vocês são corruptos, sim, são corruptos, sim”

**Heloísa Helena**, rebatendo as acusações de Ideli Salvatti, durante a sessão das CPIs.

## Foto da Semana

Confusão nas galerias da Câmara na última quinta-feira. O motivo foi a manifestação ocorrida durante a sessão em que Severino Cavalcanti, até então presidente da Casa, anunciou sua renúncia ao mandato devido a denúncias de corrupção. Os manifestantes, estudantes universitários, não quiseram se retirar e foram removidos a força pela segurança da Câmara. Os fotógrafos e cinegrafistas presentes captaram tudo



MARCELLO CASAL JR. / ABR

# Toda a alegria de João Donato

A Rádio e a TV Senado apresentam dois destaques de diferentes gerações da MPB. O pianista João Donato é a atração do *Espaço Cultural*, apresentado pela TV no sábado, às 21h30, enquanto o *Escala Brasileira*, da Rádio, entrevista Wilson Simoninha na quinta-feira, às 23h.

João Donato foi chamado de gênio pelo maestro Tom Jobim, além de figurar entre os precursores da Bossa Nova e um renovador da MPB. Dono de um estilo peculiar, Donato atravessa importante momento, aos 70 anos de idade e 50 de carreira. O *show* que a TV Senado apresenta foi realizado em agosto no Clube do Choro de Brasília, e traz composições que farão parte do seu primeiro DVD, ainda inédito.

Parte da nova geração da MPB, Wilson Simoninha é um dos her-

deiros de Wilson Simonal, grande voz dos anos 60. Seu álbum *Volume 2* foi bem recebido pela crítica e lançado praticamente na mesma época em que seu irmão, Max de Castro, concluiu o CD *Samba Raro*. Em seu trabalho, Simoninha evocou a MPB dos anos 60, e passou pelo *soul*, samba e bossa nova, com homenagens a Johnny Alf e Jorge Benjor.

Simoninha já foi a voz do personagem Cebolinha no disco *A Turma da Mônica*, quando tinha 6 anos. Também integrou a Banda do Zé Pretinho, de Jorge Benjor, e formou a Suíte Combo, ao lado de João Marcello Bôscoli, hoje diretor da gravadora Trama, responsável por *Volume 2*.

Recentemente, apareceu em *Artistas Reunidos*, registro ao vivo de um *show* que reúne ele, o irmão Max de Castro, dois filhos de Jair Rodrigues - Jairzinho



HERMÍNIO OLIVEIRA

No sábado, a TV Senado mostra a energia de João Donato, com seu estilo peculiar, em *show* realizado no Clube do Choro, em Brasília

e Luciana - e Pedro Camargo Mariano, filho de Elis Regina e meio-irmão de João Marcello. Simoninha ainda atua nos bastidores da música, como diretor de uma das subdivisões da Trama,

cuidando de nomes como Baden Powell, Demônios da Garoa e a Banda de Pifanos de Caruaru.

Mais informações sobre a programação da Rádio Senado no site [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio).

## TV Senado

### SEGUNDA-FEIRA

1h - Cidadania 1  
2h - Especiais  
2h30 - Fala Cidadão  
3h - Idéias  
3h30 - Entrevista 1  
4h - Jornal do Senado  
4h30 - Especiais  
5h - Idéias  
5h30 - Fala Cidadão  
6h - Cidadania 2  
7h - Especiais  
7h30 - Entrevista 2  
8h - Especiais  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Especiais/Comissões  
9h30 - Fala Cidadão  
10h - Especiais/Comissões  
12h - Idéias  
12h30 - Entrevista 3  
13h - Cidadania 3  
13h45 - Jornal do Senado  
14h - Plenário (ao vivo)  
18h30 - Jornal do Senado  
19h - Conversa de Músico  
19h30 - Cidadania 4  
20h30 - Entrevista 4  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Plenário (reapresentação)

### TERÇA-FEIRA

1h - Cidadania 4  
2h - Especiais  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Cores do Brasil  
3h30 - Entrevista 4  
4h - Jornal do Senado  
4h30 - Especiais  
5h - Cores do Brasil  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania 1  
7h - Especiais  
7h30 - Entrevista 1  
8h - Especiais  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Especiais/Comissões  
9h30 - Fala Cidadão  
10h - Comissões (ao vivo)  
13h - Cidadania 2  
13h45 - Jornal do Senado  
14h - Plenário (ao vivo)  
18h30 - Jornal do Senado  
19h - Cores do Brasil/Comissões  
19h30 - Cidadania 3/Comissões  
20h30 - Entrevista 3  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Plenário (reapresentação)

### QUARTA-FEIRA

1h - Cidadania 3  
2h - Especiais  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Cores do Brasil

3h30 - Entrevista 3  
4h - Jornal do Senado  
4h30 - Especiais  
5h - Cores do Brasil  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania 4  
7h - Especiais  
7h30 - Entrevista 4  
8h - Especiais  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Especiais/Comissões  
9h30 - Fala Cidadão  
10h - Comissões (ao vivo)  
13h - Cidadania 1  
13h45 - Jornal do Senado  
14h - Plenário (ao vivo)  
18h30 - Jornal do Senado  
19h - Cores do Brasil/Comissões  
19h30 - Cidadania 2/Comissões  
20h30 - Entrevista 2  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Plenário (reapresentação)

### QUINTA-FEIRA

1h - Cidadania 2  
2h - Especiais  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Cores do Brasil  
3h30 - Entrevista 2  
4h - Jornal do Senado  
4h30 - Especiais  
5h - Cores do Brasil  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania 3  
7h - Especiais  
7h30 - Entrevista 3  
8h - Especiais  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Especiais/Comissões  
9h30 - Fala Cidadão  
10h - Plenário (ao vivo)  
13h - Cidadania 4  
13h45 - Jornal do Senado  
14h - Plenário (ao vivo)  
18h30 - Jornal do Senado  
19h - Cores do Brasil/Comissões  
19h30 - Cidadania 1/Comissões  
20h30 - Entrevista 1  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Plenário (reapresentação)

### SEXTA-FEIRA

1h - Cidadania 1  
2h - Especiais  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Cores do Brasil  
3h30 - Entrevista 1  
4h - Jornal do Senado  
4h30 - Especiais  
5h - Cores do Brasil  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania 2  
7h - Especiais

7h30 - Entrevista 2  
8h - Especiais  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Plenário (ao vivo)  
13h - Cidadania 3  
14h15 - Jornal do Senado  
14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)  
19h30 - Cidadania 4  
20h30 - Entrevista 4  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Conversa de Músico  
22h - Debate Brasil/Espaço Cultural  
23h30 - Idéias  
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

### SÁBADO

1h - Cidadania  
2h - Idéias  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Especiais  
3h30 - Entrevista  
4h - Fala Cidadão  
4h30 - De Coração  
5h - Especiais  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania  
7h - Idéias  
7h30 - Entrevista  
8h - De Coração  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Especiais  
9h30 - Leituras  
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
11h - Idéias  
11h30 - Especiais  
12h - Jornal do Senado  
12h30 - Entrevista  
13h - Fala Cidadão  
13h30 - Cidadania  
14h30 - Conversa de Músico  
15h - Espaço Cultural  
16h - Debate Brasil/Especiais  
17h - Entrevista  
17h30 - Idéias  
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
19h - Cidadania  
20h - Leituras  
20h30 - Fala Cidadão  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Espaço Cultural  
23h - Idéias  
23h30 - De Coração  
24h - Espaço Cultural/Entrevista

### DOMINGO

1h - Cidadania  
2h - Fala Cidadão  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Especiais  
3h30 - Entrevista  
4h - Idéias

## Como sintonizar

### TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

### TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

### ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

4h30 - De Coração  
5h - Especiais  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania  
7h - Fala Cidadão  
7h30 - Entrevista  
8h - Jornal do Senado  
8h30 - De Coração  
9h - Especiais  
9h30 - Idéias  
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
11h - Fala Cidadão  
11h30 - Especiais  
12h - Jornal do Senado  
12h30 - Entrevista  
13h - Cidadania  
14h30 - Espaço Cultural  
16h - Debate Brasil/Especiais  
17h - Fala Cidadão  
17h30 - Entrevista  
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
19h - Cidadania  
20h - Conversa de Músico  
20h30 - Leituras  
21h - Idéias  
21h30 - Espaço Cultural  
23h - Fala Cidadão  
23h30 - De Coração  
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

## Rádio Senado

### SEGUNDA-FEIRA

8h - Senado Notícias  
9h - Música e Informação  
12h - Conexão Senado  
13h40 - Senado Notícias  
14h - Plenário (ao vivo)  
19h - Voz do Brasil (ao vivo)  
20h - Música e Informação  
22h - Senado Notícias  
23h - Vozes do Século XX (reprise)

### TERÇA-FEIRA

8h - Senado Notícias  
9h - Música e Informação  
9h30 - Senado Repórter  
10h - Comissões (ao vivo)  
13h40 - Senado Notícias  
14h - Plenário (ao vivo)  
19h - Voz do Brasil (ao vivo)  
20h - Música e Informação  
22h - Senado Notícias  
23h - Jazz & Tal (reprise)

### QUARTA-FEIRA

8h - Senado Notícias  
9h - Música e Informação  
9h30 - Senado Repórter  
10h - Comissões (ao vivo)  
13h40 - Senado Notícias  
14h - Plenário (ao vivo)  
19h - Voz do Brasil (ao vivo)  
20h - Música e Informação  
22h - Senado Notícias  
23h - Música do Brasil (reprise)

### QUINTA-FEIRA

8h - Senado Notícias  
9h - Música e Informação  
9h30 - Senado Repórter  
10h - Comissões (ao vivo)  
13h40 - Senado Notícias  
14h - Plenário (ao vivo)  
19h - Voz do Brasil (ao vivo)  
20h - Música e Informação  
22h - Senado Notícias  
23h - Escala Brasileira

### SEXTA-FEIRA

8h - Senado Notícias  
9h - Plenário (ao vivo)  
12h - Música e Informação  
14h10 - Senado Notícias  
14h30 - Música e Informação  
19h - Voz do Brasil (ao vivo)  
20h - Música e Informação  
22h - Senado Notícias  
23h - Música e Informação

### SÁBADO

8h - Música e Informação  
9h - Prosa e Verso  
11h - Música Erudita  
12h - Música e Informação  
16h - Música do Brasil  
17h - Música e Informação  
20h - Escala Brasileira  
21h - Música e Informação  
22h - Vozes do Século XX  
23h - Música e Informação

### DOMINGO

8h - Brasil Regional  
9h - Autores e Livros  
9h30 - Música e Informação  
11h - Música do Brasil (reprise)  
12h - Música e Informação  
15h - Música Erudita (reprise)  
16h - Música e Informação  
17h - Vozes do Século XX (reprise)  
19h - Música e Informação  
20h - Jazz & Tal  
21h - Música e Informação

## Como sintonizar

### FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

### ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

### INTERNET

No endereço [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio), por meio do Real Player ou Windows Media Player

### ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

## RESENHA

## Uma visão estrangeira da formação do povo brasileiro

ALEXANDRE GUIMARÃES

Em 1868, chegava ao Brasil o alemão Oscar Canstatt, contratado para prestar serviços à Comissão Imperial de Agrimensura. Durante os anos em que ficou no Brasil, visitou as regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Pôde conhecer todos os elementos humanos formadores de nossa cultura, além da história e geografia brasileiras.

A obra *Brasil: Terra e Gente* (1871) é resultado dessa soma de conhecimentos. Apesar do objetivo de realizar um apanhado etno-histórico-geográfico brasileiro, é o próprio Canstatt quem frisa “que esse livro não tem pretensões puramente científicas, e que seu assunto não é tratado de modo exaustivo

nesse sentido; foi, ao contrário, difícil, diante da tarefa que me impus e da quantidade do material, salientar só aquilo que era indispensável para apresentar a terra e a gente do Brasil sob verdadeira luz”.

A obra é redigida a partir de dados do período imediatamente posterior à Guerra do Paraguai, mostrando um país vencedor e um povo cheio de esperanças de progresso. O reinado de dom Pedro II está em seu auge; vê-se um Brasil com suas primeiras ferrovias e indústrias. Esse espírito contamina a análise do autor em vários trechos.

Um fator a mais de atração são as belas gravuras feitas por seu irmão Rud Canstatt. Nos dizeres do autor, elas tentam “tornar o livro mais inteligível”, além de facilitar a compreensão da realidade brasileira ao leitor europeu de então.

O texto de *Brasil: Terra e Gente* (1871) é facilitador, para o leitor atual, do estudo da formação da cultura brasileira. Mesmo tendo sido escrito pelas mãos de um estrangeiro que não pretendia um aprofundamento maior nas raízes dessa formação, pode-se afirmar que a obra é complementar às leituras aos três clássicos sobre o tema: *Casa Grande e Senzala*, *Raízes do Brasil* e *O Povo Brasileiro*.



Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado Federal. O livro *Brasil: Terra e Gente* integra a coleção *O Brasil Visto por Estrangeiros*, publicada pela Subsecretaria de Edições Técnicas. Pode ser adquirido por R\$ 20 no site [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br). Mais informações pelo email [livros@senado.gov.br](mailto:livros@senado.gov.br) ou pelo telefone (61) 3311-4755.

## SENADO

## Coluna Prestes é tema de série da Senado FM

O Senado apresentou ao público a série *Um sonho em marcha: 80 anos da Coluna Prestes*, produzida pela Rádio Senado, que irá ao ar em cinco capítulos, de 10 a 14 de outubro, às 8h30 e às 20h30. A série foi produzida pelos jornalistas Adriano de Faria, Larissa Bortoni, Maurício de Santi e Jefferson Dalmoro, que visitaram as cidades por onde passou a coluna.

A Coluna Prestes foi um movimento de militares descontentes com a República Velha. Para conscientizar a população pobre sobre a necessidade de mudança, percorreu 25 mil quilômetros pelo país, de 1925 a 1927.

Ao falar sobre a importância da Coluna Prestes, Adriano de Faria ressaltou a semelhança entre as demandas da coluna e do Brasil atual, como a limitação



A coluna comandada por Luís Carlos Prestes percorreu o interior do Brasil, em um movimento que mudou a política brasileira

das atribuições do Executivo, a autonomia do Judiciário, a descentralização, o ensino obrigatório e a inclusão social.

Efraim Morais (PFL-PB), 1º secretário do Senado citou Jaime Aires, morador de Porto Nacional (TO), para quem a coluna serviu para “acordar” a população de que havia algo de errado no país.

A filha de Luís Carlos Prestes, Zoya Prestes, disse que a série reconstrói e reconstitui a importância de seu pai na história.

A série também irá ao ar nos dias 15 de outubro (sábado), às 10h, e 16 (domingo), às 16h. Está disponível na Rádio Senado, no seguinte endereço eletrônico: [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio).

## Senado participa da feira do livro de Pernambuco

Entre os dias 7 e 16 de outubro, o Senado Federal participa da 4ª Bienal Internacional do Livro de Pernambuco, no Centro de Convenções de Recife. Será a quarta vez que a Casa participa de uma feira este ano: já esteve presente aos eventos do Rio de Janeiro, Natal e Salvador. No fim de outubro, encerrando o calendário de 2005, estará na 51ª edição da Feira do Livro de Porto Alegre.

– Essa é uma maneira eficiente para aproximar o Senado da população, que não sabe o que se passa em Brasília e precisa saber que a Casa desenvolve ações sociais como a impressão em braile – afirmou o coordenador da Comissão das Feiras de Livro, Júlio Pedrosa.

## Encontro no Interlegis orienta compra de software

O workshop “Aquisição de software e serviços correlatos”, promovido pelo Prodasen, ocorreu na última semana no auditório do Interlegis. O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) disse na abertura do encontro que a compra precisa ser realizada com regras claras.

Ele sugeriu a formação de consórcios para a aquisição de softwares como alternativa para superar as dificuldades enfrentadas pela administração pública e diminuir os preços.

O diretor da Consultoria do Prodasen, João Roberto Baere, elogiou iniciativas para aumentar a transparência e melhorar a satisfação de produtores e consumidoras de software no Brasil. Para o representante da Sociedade Softex, Eratóstenes Araújo, o Brasil tem um papel importante nessa indústria.

## Conheça o Senado

## O decoro parlamentar sob vigilância

Instituído em 1993, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, do Senado Federal, é responsável por zelar pelos preceitos do Código de Ética e Decoro Parlamentar e do Regimento Interno, devendo atuar pela preservação da dignidade do mandato parlamentar dos senadores.

A Resolução 20/93, que instituiu o conselho, define as práticas vedadas aos senadores, entre elas o abuso do poder econômico no processo eleitoral. São ainda considerados atos incompatíveis com o decoro parla-

mentar o abuso de prerrogativas constitucionais asseguradas aos congressistas, a percepção de vantagens indevidas, a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato e mentir aos pares, entre outros.

As medidas disciplinares que podem ser tomadas pelo conselho são: advertência, censura, perda temporária do exercício do mandato e, a mais grave, perda definitiva do mandato.

O ex-senador Luiz Estevão foi o primeiro e único parlamentar a perder seu mandato cassado

pelos próprios colegas, em 2000. Ele exerceu plenamente seu direito à defesa no Conselho de Ética do Senado, mas os membros do colegiado decidiram pela cassação por 11 votos a 3.

Luiz Estevão foi acusado de tentar obstruir as investigações da CPI do Judiciário sobre o desvio de R\$ 169 milhões repassados à obra do fórum trabalhista de São Paulo, administrada pelo ex-juiz Nicolau dos Santos Neto. A CPI levantou que as empresas do então senador receberam US\$ 35 milhões do dinheiro



Ao lado de seu advogado, Luiz Estevão (D) acabou cassado no segundo ano de seu mandato e ficou inelegível até 2008

desviado.

Atualmente, sob a presidência interina do senador Demostenes

Torres (PFL-GO), o conselho reúne-se sempre que demandado por parlamentares.

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros  
1º Vice-Presidente: Tião Viana  
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros  
1º Secretário: Efraim Morais  
2º Secretário: João Alberto Souza  
3º Secretário: Paulo Octávio  
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos  
Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papatão Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

## JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg  
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Edição: Edson de Almeida, Valter Gonçalves Júnior, Flávio Faria, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Suely Bastos  
Reportagem: Cintia Sasse, Janaina Araújo, João Carlos Teixeira, Paula Pimenta e Sylvio Guedes  
Especial Cidadania: Juliana Steck e Treici Schwengber (61) 3311-1620  
Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da

Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias D. de Morais e Rita Avellino  
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima  
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332  
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

## Agência Senado

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio Mattos (61) 3311-1151

[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137  
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

ARQUIVO DETRAN



Uso de álcool e outras drogas, imprudência dos motoristas e desrespeito às regras são os principais causadores dos acidentes

# Trânsito inseguro mata 34 mil pessoas por ano

Com cerca de 40 milhões de motoristas, o Brasil é um dos recordistas mundiais em acidentes de trânsito. As principais causas são o uso de álcool e drogas, o desrespeito às regras de trânsito e a imprudência dos motoristas. De acordo com o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), são registrados anualmente cerca de 1,5 milhão de acidentes, que resultam na

morte de 34 mil pessoas e ferem outras 400 mil nos em todo o país – uma média de 80 mortes e mil feridos por dia.

Estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2003, indicam que os gastos com saúde pública em função desses acidentes passaram dos R\$ 5,3 bilhões, considerando apenas áreas urbanas. Os acidentes de trânsito também são

a primeira causa de internações por lesão medular e traumatismo crânio-encefálico nos centros de reabilitação do país. Cerca de 30% dos sobreviventes tornam-se incapacitados físicos.

Em comemoração ao Dia do Trânsito, celebrado no domingo (25), o *Especial Cidadania* traz dicas e informações aos condutores e pedestres para um trânsito mais seguro.

## Em 1998, novo código trouxe avanços

O Código de Trânsito Brasileiro foi instituído pela Lei 9.503/97, em vigor desde 22 de janeiro de 1998. Com 341 artigos, o código trouxe novidades: regras mais rígidas na retirada da carteira de habilitação; obrigatoriedade de acessórios de segurança e inspeção anual dos veículos; multas e penalidades mais pesadas, prevendo inclusive a prisão para o mau condutor.

Estão previstas na lei quatro categorias de infração – leve, média, grave e gravíssima. Cada uma corresponde a um número de pontos que vão sendo somados no prontuário do veículo e do condutor. Quando as infrações somarem 20 pontos, o motorista terá sua carteira apreendida por um período que pode variar de

um mês a um ano, e ele será obrigado a fazer curso de reciclagem.

Dirigir embriagado, transitar com velocidade acima de 20% da máxima permitida, deixar de prestar socorro a vítimas de acidentes ou deixar de dar preferência a pedestre na faixa são exemplos de infrações gravíssimas, que prevêm multa, suspensão do direito de dirigir e detenção de seis meses a três anos.

São infrações graves não usar cinto de segurança, ultrapassar pelo acostamento e estacionar em fila dupla, por exemplo. Nesses casos, a lei prevê multa e retenção do veículo.

Em casos de vítimas fatais, o condutor estará sujeito a res-

ponder civil e criminalmente, podendo ser julgado por lesão corporal ou homicídio.

Desde o início deste mês, estão em vigor novas exigências para a renovação da carteira de motorista. Quem tirou a habilitação antes de 1998 terá que fazer um teste de direção defensiva e primeiros socorros para renová-la. Cursos podem ser feitos em auto-escolas, mas quem preferir poderá estudar sozinho e, em seguida, fazer um teste de conhecimentos sobre os dois assuntos.

A definição dos valores do curso e da apostila é de competência dos Detrans em cada estado. O Denatran oferece em sua página na Internet – [www.denatran.gov.br](http://www.denatran.gov.br) – apostilas para quem deseja estudar sozinho.

## Projetos em tramitação

**PLS 276/05** – Do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), acaba com a exigência de cursos de direção defensiva e de primeiros socorros na renovação da carteira para os motoristas que nunca sofreram suspensão ou cassação da habilitação, nem estejam com os exames de saúde vencidos há mais de cinco anos.

**PLS 108/04 e PLS 353/03** – Caberá ao Conselho Nacional de Trânsito (Contran) regulamentar o transporte de passageiros e cargas por motos, hoje tarefa dos municípios. As propostas, dos senadores Marcelo Crivella (PL-RJ) e Fátima Cleide (PT-RO), estão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para decisão terminativa.

**PLC 96/01** – Motoristas de transporte de passageiros ou cargas poderão recorrer contra multas emitidas por radares eletrônicos antes de pagá-las ou serem descontadas em seus contracheques. O projeto da Câmara 96/01, do ex-deputado Pedro Celso (PT-DF), já foi aprovado pelo Plenário do Senado.

**PLS 112/05** – O Departamento

Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) passará a fiscalizar o trânsito, autuar, aplicar penalidades, notificar e arrecadar multas em todo o sistema rodoviário federal. A proposta do ex-senador Francisco Pereira (PL-ES) está na pauta da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

**PL 399/03** – Proíbe o poder público de celebrar contrato com empresa privada de radares fixos e móveis que inclua como remuneração parcela da arrecadação das multas de trânsito. Do deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB-GO), o projeto foi aprovado pela CCJ da Câmara e agora deve ser examinado no Senado.

**PL 6.990/02** – Aprovado na Câmara e enviado ao Senado, fixa o valor das multas em real, em substituição ao sistema de cálculos em Ufir (Unidade Fiscal de Referência). De autoria do deputado João Magno (PT-MG).

**PL 5.720/05** – Motorista flagrado dirigindo sem licenciamento anual não terá o veículo recolhido ao depósito, mas apenas retido até que o motorista providencie a regularização dos documentos.

## DPVAT garante auxílio a todas as vítimas

O Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) é obrigatório e deve ser pago pelo proprietário do carro junto com o licenciamento anual. A finalidade é amparar vítimas de acidentes de trânsito em todo o país, independentemente dos culpados no episódio. O valor pago varia de acordo com o veículo.

Com o DPVAT, todas as vítimas de um acidente – pedestre, passageiro ou motorista de veículo particular e coletivo – têm direito a uma indenização em caso de morte, invalidez ou nas despesas de assistência médica e suplementares.

Por desconhecimento, porém, a grande maioria deixa de receber o dinheiro. Para ter acesso à indenização, a vítima ou seu beneficiário (em caso de morte) deve dirigir-se a qualquer companhia seguradora.

Para informações sobre os documentos necessários para dar entrada ao pedido, ligue para a Central de Atendimento DPVAT (0800 22-1204), de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, e aos sábados, das 9h às 15h, ou pela Internet – [www.dpvatseguro.com.br](http://www.dpvatseguro.com.br).

## Dicas para direção segura

- Não fume nem use o celular enquanto dirige.
- Ultrapasse somente pela esquerda.
- Respeite o limite de velocidade.
- Reduza a velocidade em caso de chuva.
- Use equipamentos de segurança: cinto, capacete.
- Não deixe objetos soltos dentro do carro.
- Crianças só no banco de trás com cinto adequado à idade.
- Faça a manutenção permanente do carro (freios, troca de óleo, calibragem dos pneus).
- Pedestres devem atravessar na faixa de segurança.
- Mantenha distância do carro da frente.
- Não diminua a velocidade para observar ocorrências externas, como acidentes.
- Não beba. A legislação permite no máximo 0,6

decigramas de álcool por litro de sangue (uma lata de cerveja). Motorista alcoolizado está sujeito a processo criminal.

### O que fazer em caso de acidente

- Não abandone o local do acidente. Solicite socorro (Polícia Militar: 190 e Corpo de Bombeiros: 193).
- Sinalize o local do acidente: pisca-alerta, triângulo, galhos ou lanterna.
- Não tente levantar, sentar ou remover a vítima. Se o acidente ocorrer em local isolado, a vítima pode ser levada ao hospital em posição que permita manter a espinha ereta.
- Se houver vazamento de combustível, use o extintor de incêndio.
- Depois de prestar socorro, registre a ocorrência na delegacia de polícia mais próxima.

## Informações

**Ministério dos Transportes**  
Esplanada dos Ministérios, Bloco "R"  
70044-900 - Brasília (DF)  
Tel.: (61) 3311-7000  
[www.transportes.gov.br](http://www.transportes.gov.br)

**Departamento Nacional de Trânsito (Denatran)**  
Esplanada dos Ministérios, Bloco "T", Anexo II, 5º andar  
70064-901 - Brasília (DF)  
Tel.: (61) 3429-3565  
[www.denatran.gov.br](http://www.denatran.gov.br)

**Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)**  
SBN, Qd 2, Bl. "C"  
70040-020 - Brasília (DF)  
Tel.: 0800 61-0300  
[www.antt.gov.br](http://www.antt.gov.br)

**Polícia Rodoviária Federal**  
Tel.: 191  
[www.dprf.gov.br](http://www.dprf.gov.br)

**Confederação Nacional dos Transportes (CNT)**  
Tel.: 0800 78-2891  
[cnt@cnt.org.br](http://cnt@cnt.org.br) / [www.cnt.org.br](http://www.cnt.org.br)

**Associação Brasileira de Medicina de Tráfego**  
Rua Dr. Amâncio de Carvalho, 507, Vila Mariana  
04012-090 - São Paulo (SP)  
Tel.: (11) 5539-3700  
[www.abramet.gov.br](http://www.abramet.gov.br)

**Consulta ao cadastro de informações sobre os condutores (Renach) e ao cadastro de informações sobre os veículos (Renavam)**  
[denatran.serpro.gov.br/index2.htm](http://denatran.serpro.gov.br/index2.htm)

**Consulta ao sistema de legislação de trânsito do Denatran**  
[www.mj.gov.br/consultafacil/](http://www.mj.gov.br/consultafacil/)



Motorciclistas só podem transitar usando o capacete, inclusive o "carona": proteção é essencial em caso de acidente

✂

✂

GERALDO MAGELA